



**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade**

**Glêdston Gomes de Araújo**

**TRABALHO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: uma análise a partir do**  
**Assentamento Oziel Alves Pereira em Governador Valadares - MG**

**Teófilo Otoni**  
**2022**

**Glêdston Gomes de Araújo**

**TRABALHO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: uma análise a partir do  
Assentamento Oziel Alves Pereira em Governador Valadares - MG**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Paschoino Lupatini.  
Linha de Pesquisa: Gestão e Sociedade.

**Teófilo Otoni  
2022**

### Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

A663 Araújo, Glêdston Gomes de  
2023 TRABALHO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL [manuscrito] : uma  
análise a partir do Assentamento Oziel Alves Pereira em  
Governador Valadares - MG / Glêdston Gomes de Araújo. --  
Teófilo Otoni, 2023.  
82 p. : il.

Orientador: Prof. Márcio Paschoino Lupatini .

Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia, Ambiente  
e Sociedade) -- Universidade Federal dos Vales do  
Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em  
Tecnologia, Ambiente e Sociedade, Teófilo Otoni, 2022.

1. Trabalho. 2. Campo e cidade. 3. Precarização. 4.  
Assentamento Oziel Alves Pereira. I. Lupatini , Márcio  
Paschoino . II. Universidade Federal dos Vales do  
Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.


**Glêdston Gomes de Araújo**

**TRABALHO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: uma análise a partir do  
Assentamento Oziel Alves Pereira em Governador Valadares - MG**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.


Orientador: Prof. Dr. Márcio Paschoino Lupatini.

Data de aprovação: 17 / 11/ 2022

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIO PASCHOINO LUPATINI**  
Data: 06/02/2023 14:09:03-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>


---

**Prof. Dr. Márcio Paschoino Lupatini – Orientador**  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Documento assinado digitalmente  
 **FERNANDO LEITAO ROCHA JUNIOR**  
Data: 06/02/2023 14:46:38-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>


---

**Prof. Dr. Fernando Leitão Rocha Junior – Membro**  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Documento assinado digitalmente  
 **JAIRO LISBOA RODRIGUES**  
Data: 06/02/2023 21:56:07-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Prof. Dr. Jairo Lisboa Rodrigues – Membro**  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Documento assinado digitalmente  
 **FABIO FRAGA DOS SANTOS**  
Data: 07/02/2023 09:15:08-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

**Prof. Dr. Fábio Fraga dos Santos – Membro**  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Teófilo Otoni**

À minha querida mãe, Tereza Maria de Araújo.

Ao meu saudoso pai, José Gomes de Araújo.

E,

Aos meus filhos Ana, André e Pedro: esteios de um novo tempo.

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento, segundo Lao-Tsé, é a memória do coração. Assim, manifesto o meu sinceromuito obrigado a todos aqueles e aquela que contribuíram para que essa travessia fosse realizada. Este trabalho, como qualquer outra produção intelectual, é fruto de um esforço coletivo. Seria impossível citar nominalmente todos e todas que mereceriam sinceros agradecimentos.

Começo agradecendo aos meus familiares e parentes pelo apoio fundamental: Em especial à minha mãe, Dona Tereza; à minha filha Ana e aos meus filhos André e Pedro; e, ao meu irmão Gladston.

Quero agradecer à Kelly Mara Moreira pelo incentivo e apoio sempre.

Agradeço aos funcionários e funcionárias da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, que fazem a universidade no seu dia a dia. Aliás, agradeço aos trabalhadores e às trabalhadoras que sustentam a universidade e o país.

Ao Prof. Márcio Paschoino Lupatini, meu orientador, professor e amigo, por confiar no meu trabalho e pela parceria incrível desses últimos anos. Obrigado por tudo, Márcio! Sem você esse sonho não seria possível.

Ao Prof. Fernando Leitão Rocha Junior, meu primeiro professor na UFVJM (disciplinas isoladas). Quem sempre falou que “a Universidade é pra todos e todas!”

Ao Prof. Jairo Lisboa Rodrigues, pela sua rica contribuição como membro da Banca de Defesa.

À Prof.<sup>a</sup> Alessandra de Paula Carli, vice-coordenadora do PPGTAS, pelo apoio e por seus apontamentos na Banca de Qualificação.

Ao Prof. Fábio Fraga dos Santos, meu amigo e irmão que muito me ajudou nessa empreitada e que deu contribuições importantes e pertinentes ao texto na Banca de Qualificação.

Aos professores que tive o prazer de conhecer e ter aulas excelentes: Prof. Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Prof. Fran de Oliveira Alavina, Prof. Thiago Marques Mandarino e Prof. Danne Vieira.

Aos colegas de mestrado que viraram amigos e amigas: Fabiano Ferreira de Souza, Saulo Magno Firmo Santos, Edimar da Rocha Pinto, Maria Paula de Oliveira Santos, Luiz Fernando Hollerbach e Rodrigo Lima Borges.

Agradeço ao meu amigo e professor Jaider Batista por me encorajar o tempo todo a fazer um mestrado, desde sempre.

Agradeço a Clara Diniz Oliveira Vasconcellos por me apresentar a UFVJM (Campus Mucuri) e por ter me ajudado no primeiro processo de inscrição nas disciplinas isoladas.

Grato ao Presidente Lula pela política pública de implantação das universidades públicas nos rincões do Brasil. Através da sua vontade política tive acesso a uma educação pública de qualidade.

Agradeço aos militantes do Partido dos Trabalhadores de Governador Valadares pelo apoio nesse tempo de estudo e pesquisa.

Agradeço pelo apoio e parceria: Sebastiana Adelaide dos Santos, Dona Maria Fraga Pereira dos Santos e Josiane Regina Ribeiro.

De forma especial quero agradecer aos assentados e assentadas do Assentamento Oziel Alves Pereira em Governador Valadares por me receberem tão bem e por terem contribuído no processo da minha pesquisa. Dentre eles quero destacar os seguintes camponeses e camponesas: Fabiano (meu irmão e compadre), Enio, Mussum, Terezinha, Brasilino, Rosa, Rafael, Zezé, Moreira, Lúcio, João Leocádio, Cláudia, João Leite, Noel, Gilson, Daniel, Clóves, Martinha Jorge, Dino, Soninha e Martinha Rozeno.

Deus, obrigado por ser fonte inspiradora na busca por um mundo radicalmente justo, humano e fraterno.

Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não-cumpridas e esperanças amargamente frustradas que, até o momento, só se sustentam por uma teimosa esperança. (István Mészáros)



## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar a dinâmica das atividades socioeconômicas e laborais do Assentamento Oziel Alves Pereira, localizado no município de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, leste de Minas Gerais. Nesse levantamento, procuramos compreender o processo histórico de formação do assentamento e a dinâmica da relação de trabalho entre campo e cidade dos moradores que ali se estabeleceram. De modo geral, buscamos identificar as causas e as consequências da jornada dupla de trabalho da maiorias dos trabalhadores. Através de pesquisa bibliográfica, documental e *ex post facto*, bem como de um estudo exploratório, explicativo, descritivo e metodológico, de cunho qualitativo, conseguimos identificar as questões acerca da duplicidade laboral campo/cidade e analisá-las criticamente. As investigações procuram verificar se houve a queda da renda, a precarização da política nacional para o campo, o enfraquecimento e a desmobilização da organização sindical, bem como identificar as reais consequências para as trabalhadoras e trabalhadores do campo em seu cotidiano.

**Palavras-chave:** Trabalho. Campo e cidade. Precarização. Assentamento Oziel Alves Pereira.

## ABSTRACT

The present study aimed to investigate the dynamics of socioeconomic and labor activities in the Oziel Alves Pereira settlement, located in the municipality of Governador Valadares, in the Vale do Rio Doce, east of Minas Gerais. In this survey, we sought to understand the historical process of formation of the settlement and the dynamics of the working relationship between the countryside and the city of the residents who settled there. In general, we seek to identify the causes and consequences of most workers' double working hours. Through bibliographical, documentary and *ex post facto* research, as well as an exploratory, explanatory, descriptive and methodological study, of a qualitative nature, we were able to identify the questions about the duplicity of work in the field/city and analyze them critically. The investigations seek to verify whether there was a drop in income, the precariousness of the national policy for the countryside, the weakening and demobilization of the union organization, as well as identifying the real consequences for workers in the countryside in their daily lives.

**Keywords:** Work. Countryside and city. Precariousness. Oziel Alves Pereira Settlement.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEASA	Centro Estadual de Abastecimento
FAFA	Feira de Agricultura Familiar Agroecológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 TRABALHO E SUA PARTICULARIDADE NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
2.1 O trabalho como categoria universal	16
2.2 O caráter da divisão do trabalho	21
2.3 A dimensão de trabalho no campo	27
<b>3 “QUESTÃO AGRÁRIA” E SUA PARTICULARIDADE NO BRASIL</b>	<b>34</b>
3.1 Fundamentos da “questão agrária” clássica	34
3.2 Aspectos da Questão Agrária no Brasil	39
<b>4 “DESENVOLVIMENTO” E O CASO DO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES PEREIRA</b>	<b>49</b>
4.1 A “questão agrária” se transforma em “questão do desenvolvimento”	49
4.2 Contextualização do Assentamento Oziel Alves Pereira: surgimento e transformações	55
4.3 Os desdobramentos da questão agrária no Assentamento Oziel	61
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A emergência da questão agrária não é um tema recente nos debates acadêmicos, no entanto nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construções das reflexões sobre o tema e especialmente no Brasil, diante do contexto político e da conjuntura econômica a partir da segunda metade do século XX. Uma outra categoria que antecede a questão agrária e que se torna elementar para as análises é a categoria “trabalho”, a qual torna-se ponto de partida para as interpretações e orientações de cunho metodológico para a realização deste trabalho.

Compreender a especificidade dos/as trabalhadores/as do Assentamento Oziel Alves Pereira, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, em Governador Valadares - MG, exige não só compreender a quadra atual em que vivemos, mas a particularidade da formação social brasileira e, sobretudo, a questão agrária no Brasil. E a partir disso que se coloca as potencialidades de auto-organização e também as dificuldades e contradições que se inscrevem estes/as trabalhadores/as.

Nossa formação social se assenta numa economia voltada aos ditames do movimento da economia internacional e no trabalho escravo. Como bem desenvolvem Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, ambos os traços permanecem de uma forma ou de outra ao longo de nossa história. Todas as tentativas de projetos populares no Brasil foram ceifadas pela classe dominante, que adquiriu um caráter autocrata em sua forma burguesa.

A drenagem de valor para o capital estrangeiro exige como contrapartida uma democracia “restringida” ou mesmo formas autoritárias abertas. Pois, caso contrário, não se concilia a exigência de transferência de valor para fora, alto padrão da reprodução da classe dominante “doméstica” (como bem demonstrou Celso Furtado) e necessidades básicas e civilizadas para os trabalhadores, como acesso à terra, à comida, à saúde, à educação, à cultura. É necessário rebaixar ou mesmo castrar ao máximo estas últimas para assegurar as duas primeiras. Quando o cenário externo é muito favorável, geralmente por algum ciclo ascendente de alguma matéria-prima em abundância no Brasil negociável no mercado internacional (*commodity*), abre-se alguma janela para assegurar os dois primeiros imperativos (transferência de valor para fora e manter o padrão e acumulação da classe dominante “doméstica”) e satisfazer algumas das necessidades altamente represadas da classe trabalhadora. Caso contrário, mesmo as necessidades vitais dos/as trabalhadores/as

não são preservadas.

É sob esta formação social que ocorre a organização dos/as trabalhadores/as ruraissem-terra, no primeiro momento expropriados da terra, e reprodução do latifúndio, e no segundo momento explorados pelas grandes empresas e pelo chamado agronegócio. Foi nos anos 1980, inscrito nas lutas populares que se abrem naquela década e a luta pela redemocratização que se funda o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Brasil. Eum dos capítulos desta luta e auto-organização ocorre em Governador Valadares - MG, cujo resultado é o Assentamento Oziel Alves Pereira. Nosso objetivo é compreender como se dá a duplicidade laboral campo/cidade das/o trabalhadoras/es rurais residentes no Assentamento Oziel Alves Pereira, o qual fica cerca de 8 (oito) quilômetros do centro urbano de GovernadorValadares, quais são as consequências e quais os instrumentos para saná-las ou amenizá-las.

Assim, como hipótese desse estudo, objetiva-se uma análise através de uma importante e pertinente bibliografia do que é o trabalho, trabalho rural e urbano, a formação social brasileira e a especificidade da comunidade rural Assentamento Oziel Alves Pereira.

## **2 TRABALHO E SUA PARTICULARIDADE NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO**

As análises presentes nesta pesquisa se respaldam a partir das categorias fundamentais do pensamento marxiano, sobretudo a categoria trabalho e sua centralidade na produção e reprodução da vida social. Para a realização de uma crítica coerente metodologicamente adequada, partimos de uma leitura imanente da obra de Marx, bem como de uma análise histórica que nos ampare dentro do contexto concreto. Nesse sentido, procuramos neste capítulo abordar sobre as análises de Marx com relação ao trabalho enquanto categoria central e universal para compreensão da sociedade e seus antagonismos, enfatizando o processo de divisão do trabalho social e as especificidades do trabalho no campo.

### **2.1 O trabalho como categoria universal**

Os encadeamentos da relação homem e natureza trouxeram em sua espécie determinações diversas das demais. Partindo dessa perspectiva, Marx destaca o papel do trabalho como atividade elementar do ser humano (MARX, 2017a). Uma das principais diferenças entre o homem e os animais é que o homem tem para o trabalho um instrumento de própria vontade, e uma relação racional com esse objeto. Cabe ao homem produzir, através do trabalho, de forma universal para todo o gênero sempre o novo, ou seja, o objeto do trabalho é a própria objetivação da existência genérica do homem (MARX, 2004). Portanto, a ação humana (resultante da práxis) diferencia-se drasticamente dos outros animais por sua ação/atividade racional, consciente frente ao mundo, e, especialmente, provida de liberdade. Em razão disso, Marx aponta:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinante com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. (MARX, 2004, p. 84).

Vale salientar que os seres humanos se apropriam da natureza como forma necessária de sua existência e manutenção, enquanto meio; ao passo que as demais espécies se apoderam da natureza como meio de sobrevivência, ou seja, um fim em si mesmo. Porém,

apesar de não ser diminuta a atividade vital de produção do animal, é apenas o homem que produz universalmente.

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateralmente], enquanto o homem produz universalmente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira. (MARX, 2004, p. 85).

Portanto, a existência da ação produtiva em diversas espécies não se configura como trabalho resultante do plano da consciência, uma vez que não existe a objetivação do processo produtivo. Ao passo que quando se analisa a relação do homem com a natureza, esta relação se apresenta como uma extensão, tendo a natureza como uma continuação e um prolongamento do próprio homem (MARX, 2004).

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. (MARX, 2004, p. 81).

Nesse sentido, é no processo do trabalho que se encontram as mediações entre a relação do homem com a natureza. Em *O Capital*, Marx afirma:

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2017a, p. 572).

Portanto, para Marx, o trabalho manifesta-se como protagonista de ação fundante da humanidade, pressuposto característico do ser social. O trabalho é um dos principais encarregados da geração e criação de riqueza social, e também responsável, como vimos, da produção de meios necessários para manutenção da vida humana; não há o que falar de o homem satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência sem o trabalho. Todavia, é necessário considerar que a modificação, a transformação da natureza realiza-se no núcleo do modo de produção (organização social), e, conseqüentemente, ela é estabelecida social e politicamente no meio de um contexto social (MARX, 2004). Reforçando essas análises, Mézaros destaca que:



A potencialidade da vida significativa para os indivíduos sociais emerge porque, pordesenvolver-se historicamente — e através de sua atividade produtiva automeciadora — a espécie humana é uma parte única na ordem natural. Por conseguinte, os seres humanos não constituem um simples gênero animal, mas um complexo corpo social composto de uma multiplicidade de indivíduos reais. Contudo, - muito diferente dos “indivíduos genéricos” animais — eles são também capazes de estabelecer conscientemente para si mesmos objetivos particulares a buscar tanto em ocasiões distintas, em contextos limitados, como também alguma espécie de coerência interconectada geral, que compreenda uma parte mais ou menos extensa de seu tempo de vida e com isso lhe confira significado. (MÉSZAROS, 2007, p. 81).

Ao evoluir no trabalho um elo consciente para o seu meio natural, a espécie humana reproduz um novo vínculo para sua restrição natural (inerente aos seres biológicos), criando e assentando novas carências, deste modo, desenvolvendo novas perspectivas, referidas à sua reprodução social.

Por conseguinte, na vida humana temos o trabalho como pressuposto central, que ocorre em relação às outras espécies, uma distinção qualitativa. Por não agir em razão das suas escassezes mais urgentes, o homem tem capacidade suficiente para pensar, agir e criar o seu próprio modo de reprodução social. Na obra de Marx, está claro que, o trabalho obtém o padrão de alicerce da mediação entre a natureza e o homem, e é aí que se dá o ser genérico, precisamente nesta relação fundante: homem e natureza.

Ao descrever o trabalho humano, Marx (2004, 2017a) evidencia os elementos de trabalho em geral — a força de trabalho; o objeto do trabalho, firmado pela natureza que subsiste autonomamente, ou seja, não depende do homem, pela matéria prima que são os componentes tirados da natureza metamorfoseada; os meios de trabalho que consistem no meio para gerar produtos conforme a finalidade especificada.

Marx frisa a relevância do trabalho como valor de uso, quando há uma mediação dos homens na matéria-prima, ou seja, na natureza, empregando nesta, os instrumentos/ferramentas de trabalho, buscando gerar elementos com o fim de atender carências e necessidades espirituais e principalmente, físicas, para, assim, garantir tanto a sua existência quanto a sua própria sobrevivência (individual e coletiva), presente como tal em todos os meios de produção e circunstância basilar para a vida humana.

Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, dão mais destaque aos encadeamentos da atividade produtiva, do trabalho e da divisão do trabalho, sobre a consciência do que às consequências da ação de troca em relação à consciência, mas estes autores realçam, em vários momentos, a extrema relevância do intercâmbio para produção da consciência: “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio,

imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com alinguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Pode-se dizer que na história, o trabalho avocou para si duas grandes formas. A primeira forma é o trabalho originário, o qual ocorre como intercâmbio direto do homem com a natureza. O termo “originário” é a expressão utilizada por Lukács para conceituar o trabalho como “produtor de valores de uso”, assim, como “órgão do intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza” (LUKÁCS, 1976). A segunda forma do trabalho vem das relações mediadas por uma relação de classes, que é denominado de trabalho alienado.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, o trabalho originário é o resultado de um produto apossado por quem trabalhou para gerá-lo; em contrapartida chama-se de trabalho alienado a atividade laboral no tempo em que há intercâmbio entre o homem e a natureza (mediado por determinada relação de classe), por conseguinte, é apropriado o fruto deste trabalho por outrem, diferente de quem o produziu; mercadoria é o nome deste produto do trabalho alienado. E é aí, ou seja, a partir do advento das relações de classe (mediação), que se intensifica a divisão do trabalho, do qual o ápice é percebido no capitalismo com a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, sugestionando assim o modo de conhecer do homem. Todavia, antes de adentrarmos à divisão do trabalho, tema central, notemos como consciência e trabalho podem estar vinculados (LUKÁCS, 1976).

Percebe-se que houve uma metamorfose do trabalho originário em trabalho alienado através do desenvolvimento das sociedades humanas. No que tange ao trabalho alienado, característico das sociedades mercantis, temos o pensar (trabalho intelectual) e o fazer (trabalho manual) de forma separados. Separados por causa que, pensar e fazer, competem distintamente a diferentes indivíduos. O fazer se transforma em trabalho manual, enquanto na outra ponta do pensamento, o pensar se converte em trabalho intelectual. A colocação do fim corresponde ao que sabemos, hoje em dia, como gerenciamento, planejamento e administração da produção, isto é, uma fração da atividade pensar do trabalho intelectual que se dividiu do trabalho manual (fazer) e por não dizer que dissociada da busca dos meios. No capitalismo recente, a procura dos meios representa a atividade do tecnólogo, do cientista, dentre outros.

É necessário especificar o fazer teleológico, aspecto da ação humana, do ato de pensar que definimos como “colocação do fim”. Na obra *O Capital*, na conhecida passagem, Marx distingue o trabalho da melhor abelha do trabalho do pior arquiteto, o elemento identificado pelo autor alemão é justamente o agir teleológico (fazer), já que ele (o arquiteto) constitui o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 2017a, p.

255). Em outras palavras, o que distingue o trabalho do ser humano do trabalho animal é que o trabalho do sujeito homem é guiado de forma teleológica, ou seja, antes de realizar um objetivo, há a reprodução mental, na cabeça, ao passo que o trabalho realizado por um animal irracional é determinado instintivamente.

Mas, o ato de trabalhar não guarda exclusividade a característica teleológica do ser social, superando assim o universo da produção da vida material; a característica teleológica está sempre em toda e qualquer atividade feita pelo indivíduo homem. Essa extensão teleológica da atividade do ser humano e, assim sendo, também do trabalho, mantém-se firmada a ele, mesmo depois da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Em outras palavras, quer dizer que, mesmo o trabalho mais simples, repetitivo e manual que se possa pensar, é executado teleologicamente primeiro, isto é, o trabalhador que faz o trabalho manual, também pensa, pois é uma característica do trabalho humano em si. Sobre a colocação do fim, um dos polos do trabalho originário, reporta tão somente à organização e planejamento da produção e não à concepção das atividades simplesmente.

É importante, portanto, destacar essa diferenciação para não confundir o que configura o trabalho manual (o agir teleológico) do trabalho intelectual, na qualidade de trabalhos humanos; dessas duas ações de pensar que ora está definida como seção do trabalho originário, e que compete a indivíduos distintos no que diz respeito ao trabalho alienado. É através da classe dominante que se atribui a colocação do fim, e que determinará como a produção será organizada e planejada. Ressalta-se que nas comunidades primitivas, cada indivíduo organizava, planejava, executava e direcionava seu próprio trabalho; enquanto sociedade capitalista, quem dita as regras são os capitalistas, é uma atribuição deles, somente deles. É característica e uma atribuição dos cientistas e tecnólogos, enquanto sociedade capitalista, desenvolverem os meios de produção, este grupo é treinado para esse fim. Na outra ponta, ao analisar as sociedades primitivas, é o indivíduo o elemento central para gerar, produzir o seu próprio meio de produção.

Assim, na sociedade capitalista, o fazer passa a ser uma característica específica da classe operária. E ao pegarmos as coletividades primitivas, percebe-se que um mesmo indivíduo projeta, organiza e executa o seu trabalho através do meio de produção que ele mesmo produziu. O sujeito primitivo atua de forma teleológica, pois a teleologia é um atributo ontológico do ser social, não porque seu trabalho forma uma unicidade entre o fazer e o pensar. O trabalhador assalariado, o tecnólogo, e o cientista agem também de maneira teleológica independentemente de seus trabalhos não conceberem mais unicidade entre fazer e pensar. Afinal de contas, é necessário ter cautela para não misturar o agir

teleológico que, geralmente, e de igual modo se intitula de pensar com o pensar como ato de organizar e planejar a produção e produzir os meios de produção (LUKÁCS, 1976).

Considerando que o trabalho do homem passou por uma considerável metamorfose ao longo da história da humanidade, especificamente de trabalho originário para trabalho alienado, o modo de conhecer (consciência) também, significativamente, sofreu a devida transformação mencionada. Se no trabalho originário fazer e pensar nos dá uma unidade, afirmamos que o conhecimento decorrente desta unicidade se dá de forma empírica. Que dizer, é por meio da memória, da prática e da repetição que se tem uma espécie de saber. Por este ângulo, é através da prática oportunizada pela ação de fazer que temos o conhecimento que é produzido de modo empírico. À vista disso, julgamos que o conhecimento perpassa do trabalho tão somente na proporção em que o trabalho apontado é o originário, ou melhor, é aquele do qual fazer e pensar moldam, ainda, uma unidade, quer dizer, são praticados pelo mesmo indivíduo (ABBAGNANO, 2007, p. 325).

## **2.2 O caráter da divisão do trabalho**

Tendo como pressuposto a evolução progressiva das forças produtivas, o modo de produção capitalista se ajusta e põe o trabalho na fábrica como núcleo central, instaurando, a parti daí, novas relações sociais de produção controversas, diversas e delicadas; da classe trabalhadora, a força de trabalho foi convertida em mercadoria por meio do instrumento operacionalizado pela compra/venda do trabalho, aos agrupamentos sociais, donos privativos dos meios de produção, considerando meios de produção como o modo de apropriação das fábricas, máquinas, ferramentas, terras, matérias-primas e a própria energia de trabalho da classe operária. No qual, o trabalhador quanto mais riqueza produz, e mais a sua produção se eleva em extensão e poder, mais pobre vai ficando. Ainda é imperioso dizer que, quanto mais e maior número de bens o trabalhador produz, mais barata ele vai se tornando como mercadoria. Com o aumento do valor do mundo das coisas, a desvalorização do mundo dos homens é igualmente direta e proporcional. Nota-se que não é só e apenas mercadorias que o trabalho produz; o trabalho gera a si mesmo e ao operário como mera mercadoria, e precisamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2004, p. 111).

Marx revela como o trabalho do homem se desenrola no modo de produção capitalista. Inicialmente como se torna um instrumento de produção, destacando o papel da força de trabalho do homem, que passa a ser integrada às utilidades da produção

propriamente dita, que são obrigatórias e reguladas pelos donos dos meios de produção, para produzir mercadorias com valor de troca e sem o mínimo de perda de matéria-prima. Outro ponto é de não pertencer ao trabalhador sua energia de trabalho (mercadoria), mas ao dono dos meios de produção que a adquire em troca de salário, para que haja produção de mercadorias para o mercado com valor de troca. A apropriação do saber do artesão, por exemplo, viabilizou a produção de máquinas que se interpõe entre o operário e a produção, provocando desse modo a perda do comando de todo o processo de trabalho. A classe trabalhadora passa a ser simples feitora de mercadorias, submissa à intervenção da maquinaria, cujas implicações dificultam ao homem entender-se e entender todo o processo de produção de forma universal. A contar da ocasião em que o trabalhador entrou na fábrica do proprietário do meio de produção (capitalista):

[...] o valor de uso de sua de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, 2017a, p. 262).

Essencialmente, a partir da grande indústria, essa relação social funda a associação entre a tecnologia e a ciência, incrementando, fomentando o avanço na produção de ferramentas, por exemplo, as máquinas de tear, filatórios usadas para potencializar a produção de mercadorias, desmembrando de fato o trabalho dos assalariados, especialmente no meio daqueles que manejam as máquinas na oficina, deste modo, operam as atividades manuais e aqueles que determinam, organizam e projetam o processo de trabalho em sua totalidade.

Nesta sequência, o princípio da criação da vida humana, o trabalho, transforma-se fonte de alienação, na direção de que o assalariado assegura o lucro ao dono do meio de produção (capitalista), conquanto, não é consentido o poder, a autorização para executar, organizar e planejar o processo de trabalho, bem como o de usufruir de maneira soberana, livre e autora de suas próprias criações, botando em tela o debate sobre a relação prática e teórica. No entanto, é primordial entender como este processo é desvendado por Marx, no cenário do desenvolvimento da grande indústria no debate que potencializa com os princípios, convicções e ideias dos economistas clássicos.

Desse modo, podemos dizer que a realização do trabalho ocorre de tal maneira

como desrealização que o homem (trabalhador) se nulifica, pela fome, até a morte. A objetivação manifesta-se a tal ponto que há perda do objeto para o trabalhador, que fica desprovido das coisas (objetos) mais úteis, mais básicas, é-lhe vedado o trabalho e a vida. Issomesmo, o trabalho é transformado em coisa, que ele só passa a conquistar, a obter a partir do extremado empenho e com suspensões inesperadas. Quanto ao objeto, a apropriação dele revela-se em tal grau como na alienação, que, quão grande quantidade de objetos o trabalhador produz, menos o assalariado pode ter, e tanto mais se sujeita à dominação do seu produto, do capital produzido.

Da mesma forma, o trabalhador ao produzir mercadorias através das circunstâncias de trabalho que pratica ao gerar riqueza para o capital, passa a receber salário, que proíbe ao trabalhador de gozar do consumo dos bens espirituais e materiais que foram gerados de forma coletiva (MARX, 2017a, p. 116).

Frigotto (2001, p. 13) destaca que, o ser humano se estabelece de três aspectos inseparáveis que se ligam: enquanto homem individual (singularidade), que se expressa em cada ser humano como consequência de sua historicidade privada; enquanto natureza, tendo em vista que necessita para assegurar sua subsistência dos elementos existentes na natureza, gerados pelos homens em seus contatos com a natureza, entendendo que os homens operam de maneira sistemática nas relações concretas materiais de forma estabelecida por estas relações, procedimento que não pode ser consagrado de forma incontestável, porquanto os homens se manifestam ao longo da história, por meio de suas organizações, em oposição ao enquadramento do capital.

Harvey (2014) ressalta também que o processo histórico de solidificação do capitalismo obrigou um maior domínio “monopolista” acerca de seus processos de trabalho e suas circunstâncias de produção, e o fez inicialmente se reconhecendo com referência à propriedade privada dos meios de produção e fomentando o fracionamento das funcionalidades que, concomitantemente, tolhem os trabalhadores dos meios de se reproduzirem fora do controle e da supervisão do capital. De modo igual, o dono do meio de produção (capitalista) conseguiu estipular uma sistematização da produção por intermédio da divisão e cooperação do trabalho, concentrando as diversas tarefas e tornou possível lograr significativos aumentos de produtividade e eficiência.

Entretanto, convém enfatizar que anteriormente à fase monopolista do capital, foi amplamente averiguado o processo de divisão do trabalho, notadamente por Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, livro publicado em 1776 e que o escritor persistiu que a divisão

do trabalho sistematizada era o aspecto determinante para o aumento da produtividade do trabalho e para a eficácia técnica. Nas ideias expostas pelo Smith, o mercado seria o fator fundamental para estipular divisões valorativamente racionais da atividade produtiva nas diversas áreas da produção, e que o Estado não interferisse na definição e estabelecimentos de preços na execução do trabalho propriamente de todos trabalhadores (mão de obra), tutelando a concepção de mercado como instância eficaz e apta para organizar, não meramente a produção, mas do mesmo modo, as atividades financeiras do processo produtivo (HARVEY, 2014).

Sobre a manufatura, Marx (2017a) aponta que, com ela, a ordenação fracionada das tarefas proporcionou ao capital dominar e absorver o conhecimento do trabalhador e estabeleceu, como regra, a divisão do trabalho enquanto elemento sócio-histórico imprescindível aos processos de domínio e controle do trabalho. Assim sendo, Marx evidenciou que a “divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ela mediada ou não pela troca de mercadorias, pode ser encontrada nas mais diversas formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista”, que assegurou o crescimento dos níveis de produtividade para o capitalista, bem como o maior controle e gestão do processo produtivo, das tarefas e dos ritmos (MARX, 2017a, p. 433).

Nessa perspectiva, a relevância destacada que a divisão do trabalho contraiu no capitalismo está profundamente correlacionada à produção de valor e se designa como característica ao determinismo do mercado. Para Marx (2017a), que enfatizou que, na qualidade de função social, a divisão social do trabalho foi um pressuposto para a sujeição do assalariado como mero produtor de coisas permutáveis e forçou uma correlação de dependência entre trabalhador e mercadoria. Assim, “divisão é apenas um método particular de produzir mais-valor relativo ou aumentar a autovalorização do capital — que também poder ser chamado de riqueza social, *Wealth of Nations*” (MARX, 2017a, p. 438).

É importante destacar que a divisão do trabalho, que noutros tempos da história, acontecia em razão das características do homem, passou a ter como premissa básica os atributos das máquinas e a sempre dependência gradual do trabalho ao capital. Com o surgimento da Revolução Industrial e a universalização das máquinas permitiu que se sobrepusesse a capacidade técnica dos indivíduos e, por conseguinte, passasse das mãos dos trabalhadores para as mãos do dono do meio de produção, o controle e domínio do processo produtivo.

Sendo assim, com fundamento nas observações de Marx, é perfeitamente viável

falar que a divisão social do trabalho é a integralidade das formas heterogêneas de trabalho útil, isso quer dizer que a divisão social do trabalho não é meramente um meio para atingir uma produção de mercadorias, mas a especialização, a divisão e o trabalho das distintas ações em classe, ou seja, a divisão da força de trabalho e dos meios de produção. Diante disso, a complexificação da divisão social do trabalho, por meio de suas reestruturações e novas formatações capitalistas do processo produtivo, geram inabilidades e desqualificações. Essas circunstâncias acontecem pela simplificação das divisões típicas do processo e causam, como resultado, a diminuição do valor da força de trabalho utilizada (HARVEY, 2013).

Ainda em Harvey (2014), que ressalta o método de crescimento tecnológico desejava direta ou indiretamente debilitar a força de mobilização dos trabalhadores, tanto para estabelecer as relações do mercado de trabalho, como para determinar o controle local do ambiente de trabalho. Um rumo fundamental nas relações trabalho-capital, foi aquela que indicou para a depreciação da atividade do trabalho, evento exposto por Marx n' *O Capital* ressaltado por Braverman (1987). Este último, alegou que o capital, especialmente em sua etapa monopolista, passou a usar de métodos para desprezar as competências dos trabalhadores. É imperioso fazer aqui uma crítica ao gerenciamento científico do taylorismo que se resumia em pactuar movimento e estudos de tempo com métodos específicos para assingelar todas as tarefas, com a finalidade de potencializar a eficiência, e reduzir drasticamente os custos de produção em todas as áreas e atividades de uma fábrica (empresa).

Continuemos com Braverman (1987), onde ele relacionou os fundamentos da gerência técnica científica de Taylor a esteira rolante incluída na indústria de automóveis por Henry Ford, onde o local de trabalho ficou com um novo formato de organização, exigindo novos comportamentos mais específicos dos trabalhadores, onde esses mesmos trabalhadores passaram a fazer movimentos padronizados. Logo então, com essa nova prática das atividades industriais, os trabalhadores deixam de ter o poder de controle de decidir perante ao processo de trabalho, mas também passam a ser controlados por uma organização administrativa totalmente firmada que adapta o trabalho dos indivíduos exclusivamente como produtor de valor para o capital e sua reprodução. Desta feita, através de inovações organizacionais e técnicas, o dono do meio de produção apropriou-se consideravelmente e de forma paulatina, o conhecimento do operário, fomentando uma expropriação sem interrupção do saber do operário para assim garantir a acumulação do capital. O autor ainda salientou que “toda fase do processo do trabalho é divorciada, tão



longe quanto possível, do conhecimento e preparo especial, e reduzida a simples trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 89).

Fato é que este, certamente, não seria o único ímpeto sobre a organização do trabalho, mas, de acordo com Braverman (1987), seria seguramente a mais poderosa e mais ampla, já que sem desfechos moldam não somente o trabalho, mas comunidades inteiras, já que num espaço de tempo muito grande gera aquela legião de trabalho com particularidades simples, isto é, de habilitar o operário como simples executor/cumpridor, logo substituível. Segundo o autor, este processo de expropriação, extrai do operário, o aspecto que especifica como humano, que é justamente sua habilidade/capacidade de concepção.

As velhas formas de divisão do trabalho são complementadas pelas novas formas de divisão de trabalho, aprimorando as relações de produção capitalista, e condensando as formas de conflito por meio da divisão do teor do trabalho e dos moldes e modelos de ordenação do processo produtivo.

Cada vez mais a tecnologia fomenta mais individualização e isolamento, e quanto mais inteligência é agregada ao maquinário, tanto mais se perde do “senso de totalidade” e a ação a serviço do capital passa-se a ficar sem sentido e vazia. A partir da solidificação da manufatura no século XIX até “contrarrevolução neoliberal” ao fim da década de 1970, as transformações na vida social e no trabalho que vem sucedendo no mundo capitalista sentiram implicações assoladoras em grandes áreas da população, que foram comprimidas e rejeitadas pelas variações e reposicionamentos tecnológicos (HARVEY, 2014).

Nota-se que as deliberações sociais e políticas recentes, que ocasionaram ajustes fiscais, desregulamentação, flexibilização das leis ambientais e trabalhistas, claramente legitimadas pela perspectiva do capitalismo neoliberal, expandiram as circunstâncias essenciais para a acumulação capitalista. Baseado no final do século XX, os pontos que compreenderam a divisão do trabalho, sua padronização e seus processos de supervisão e controle, tornaram novas formas e impactaram uma grande extensão social, que além de abranger os operários, atingiram distintas áreas e zonas da sociedade globalizada, e que revela uma divisão do trabalho que ultrapassou os limites territoriais e propiciou oportunidade e condições para a livre operação das forças de mercado no mundo (HARVEY, 2010).

Ainda em Harvey (2010), o progresso tecnológico desempenhou, na conjuntura recente, um caráter de mistificação ligado à concepção de desenvolvimento e mantido no fracionamento do ser e do fazer humanos. Uma abstração de tecnologia que pôs o

capitalismo como qualquer coisa isenta, diverso da vida social e classificada como um fim em si mesma e assim, encaminhando ao núcleo das sociedades uma piora do desemprego e à decorrente desagregação da sociedade e concentração da exclusão. Esse método de divisão do trabalho apoiado na evolução tecnológica tem como signo a anulação da idealização do trabalho como algo cultural e coletivo. Dessa maneira a natureza da modernização capitalista e do desenvolvimento especulativo estabelece o que Harvey (2014) chamou de contexto material que fomentou a alienação, a fragmentação, o individualismo, a inovação, a efemeridade e a “destruição criativa”.

A discussão acerca da divisão internacional do trabalho passou-se a ser de forma central nas análises sobre a América Latina, posto que no processo produtivo intercorre uma injunção na produção de bens primários que declaram a tendência de apropriação de mais valor pelas grandes corporações, como retratou Marx em relação a centralização de capitais como uma processualidade intrínseca ao modo de ser do capital.

### **2.3 A dimensão de trabalho no campo**

No movimento expansionista do capitalismo no meio rural tem de se observar pelo menos dois elementos: no primeiro elemento vemos uma quantidade considerada de trabalhadores camponeses expropriados da terra e que somente podem contar com sua força de trabalho e de sua família, são pequenos agricultores, rendeiros, posseiros, sítiantes, diaristas (dentre outras categorias de trabalhadores). O segundo elemento refere-se ao montante de trabalhadores camponeses expulsos de suas terras, e com isso passando, por força do capitalismo, a assalariados do agronegócio e/ou proletários rurais.

O trabalhador camponês, no processo de reprodução e produção capital no meio rural, já desempossado da terra, agora somente possui a sua força de trabalho. Em vista disso, é livre para vender sua energia de trabalho ao senhor dono de terra. Há aí, estabelecida entresi, uma relação de troca, pois o proprietário de terra compra a força de trabalho do operário rural. Ou seja, um paga com salário o trabalho feito por quem fornece, o trabalhador rural. Vê-se uma transformação de uma relação de igualdade e liberdade, nos padrões do processo capitalista e guardando contradição profunda. Livres, pois a eles é possível praticar relações entre si de contratos e trocas. Iguais, pois o mercado concede aos trabalhadores camponês e aos donos de terras, as situações de vender e de trocar o que dispõem; nada mais é que trabalho x salário. À vista disso, “[...] no capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o quetrocar e tem liberdade para fazê-lo” (MARTINS, 1995, p. 153).

No capitalismo, no que concerne trabalho  $\times$  salário, a relação de troca tem o seguinte significado: é a parte que cabe a cada um no processo de produção e reprodução capitalista. O trabalho realizado pelo operário rural é pago pelo proprietário de terra, que o faz com a parte do seu capital. Desta feita, o capital se apropria do trabalho através da compra da força de trabalho, pois lhe é útil. Aí se dá a transformação da força de trabalho em mercadoria; somente a mercadoria, na produção capitalista, pode gerar mais valor. Por fim, a forma salário é a dimensão do tempo socialmente essencial para gerar mercadoria, onde só o trabalho é capaz de produzir riqueza.

O valor da força de trabalho se estabelece em função do valor dos meios de subsistências e suas condições materiais, políticas e culturais em que está o trabalhador, cuja expressão é o salário, o qual é utilizado como forma de reprodução social e regressado à própria dinâmica da produção capitalista. Sendo assim, é um processo um tanto quanto controverso, que estabelece sujeição e liberdade. Por conseguinte, o capitalista só está interessado pela energia de trabalho do operário, pois esta é a mercadoria que produzirá mais riqueza e valor para o dono do meio de produção. A troca entre trabalho e salário é um tanto quanto desproporcional, visto que o salário do operário somente se reproduz de forma social; mas a riqueza gerada pelo trabalho do operário acumula-se e cresce diariamente. Em função disso, há desigualdade nesta relação de troca. Portanto, é o capitalismo o principal causador da desigualdade numa relação econômica, através, principalmente, do trabalho assalariado. A riqueza é apropriada pelo capitalista, ao passo que o lucro produzido pelo trabalhador não fica com este. É importante frisar que, mesmo compreendendo que é o operário, através do seu trabalho, que gera a riqueza, esta não se apresenta como produto do trabalho assalariado, mas como fruto do capital.

Mais que desigual, essa é uma relação totalmente injusta e de extrema exploração. E por não dizer alienadora, visto que o operário vende sua força de trabalho, sua condição de criar e gerar mercadorias, que se transforma em capital e se converte em forma estranha ao assalariado, alienada a ele. O trabalhador só tem o caminho de vender seu único bem ao capital, ele vende por um salário aquilo que ele mesmo gerou e se depara com um produto que lhe é estranho, que não lhe pertence e que domina toda sua condição de trabalho. Ao deparar com a grandeza de produto que ele mesmo, o trabalhador, produziu, o operário não compreende que é da sua força de trabalho que produz tal riqueza; mas como uma imagem, esse operário repara que ele precisa e tem uma certa dependência do capital e não o contrário.

O trabalhador se entrega ao capital e se aliena, e toda mercadoria gerada pelo

seu trabalho assalariado adquire uma aparência fetichizada. O operário é parte do capital e não o grande protagonista desse sistema de acumulação de riquezas. A verdade é que a realidade e as relações sociais no capitalismo se apresentam de forma oposta ao que efetivamente são. Essas relações são veladas, mascaradas e encobertas. No que tange o aspecto figurativo que se apresenta no fetichismo da mercadoria, a isso se trata da imagem dos produtos, sua aparência, que é o produto do trabalho. As mercadorias despontam como autoras da riqueza e são fetichizadas concomitantemente em que os operários são coisificados, restringidos meramente à força vital que gera valor. O fetichismo da mercadoria nada mais é que uma revelação das relações sociais de alienação integrada no processo de geração de mercadorias. Dessa maneira para Marx, a:

[...] relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2017a, p. 148).

No capitalismo, as relações sociais são intermediadas pelas mercadorias produzidas pelo trabalho assalariado. No processo produtivo do capitalismo, as pessoas são as menos importantes. São as mercadorias que têm significância, pois elas podem acumular bens e riquezas (o capital propriamente dito) e serem objeto de compra e venda. Interpõem-se objetos e mercadorias entre os indivíduos. Admite-se, dessa maneira, que o capital é o trabalho do homem acumulado, na cidade e no campo.

No momento em que a produção capitalista atinge padrões de desenvolvimento e aprimoramento de forças produtivas, não só acontece a separação do operário dos meios de produção, mas de igual modo, causa a reprodução cada vez mais forte e intensa. A exploração da força de trabalho dos operários é o ponto central do modo de produção capitalista, pois ela é usada para gerar um valor a mais dela mesma, a famosa “mais valia”, porquanto o capitalista tem ao findar do processo de produção um valor bem mais alto em relação ao valor do salário.

Os integrantes do campesinato (operários rurais) são expropriados e são submetidos aos mais diversos modelos de pagamento (assalariamento agrário) e seus condicionantes pelo seu trabalho camponês, e são obrigados a venderem sua energia de trabalho, como mercadoria, para assim, seguirem existindo na qualidade característica de

indivíduos, sujeitos sociais. Após a execução do trabalho propriamente dito, os trabalhadores recebem salário, e este destina-se a possibilitar a sua reprodução da vida material, e garantir, assim, os meios necessários para a sua sobrevivência, e até a sua existência. Mas, contudo, o camponês não possui uma vida no mínimo decente, uma vez que o produto do seu trabalho não lhe pertence, tornando assim, a sua vida vulnerável e completamente miserável.

Em relação ao capital no meio rural, é extremamente importante colocarmos que, à medida que ele, o capital, se reproduz em grandeza e proporção aumentada no campo, vai jogando um grande número de trabalhadores rurais no mercado interno, que se veem na dependência urgente de se migrarem para as cidades e suas periferias, avolumando assim as fileiras do chamado exército de reserva, dessa maneira, expandindo sobremaneira a oferta de trabalhadores “livres”. É justamente essa massa de expropriados da terra que produz a riquezas agroindústrias e, por conseguinte, gera a acumulação do capital na agricultura. Enquanto isso, Marx (2017a) considera esse processo de acumulação num movimento de geração de valor e trabalho.

A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração repentina; esta última, por sua vez, provoca uma nova expansão, a qual é impossível na ausência de material humano disponível, isto é, se o número dos trabalhadores não aumenta independentemente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo que “libera” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. (MARX, 2017a, p. 708).

Essas e outras reflexões já destacadas aqui anteriormente, autorizam admitir que o assalariamento do trabalhador do campo não tem como intermediação a moradia ou a posse da terra, mas, somente, a força de trabalho que emprega na produção, algumas vezes de forma permanente outras vezes de forma sazonal, temporária. O trabalho provisório e precário, hodiernamente, vem se dando de modo quase prevalecente nas diversas monoculturas. Diversos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam assentados ou pequenos produtores da agricultura familiar encontram no assalariamento sazonal uma maneira para complementar a sua renda familiar, e simultaneamente manter e conservar, minimamente, a sua terra. Quando se olha para o campo se enxerga outras categorias de trabalhadores que se mantêm do trabalho assalariado análogo a relações clássicas de trabalho rural, como por exemplo: posseiros, arrendatários, parceiros, entre outros; estes passam boa parte do ano na situação de assalariados em agroindústrias.

A atividade laboral do agente assalariado na zona rural é, na maior parte dos

casos, temporariamente precária, sazonal, os operários do campo sazonais, boias-frias ou volantes não têm lugar definido e/ou não são capazes de criar raízes socioculturais e comunitárias. Estes trabalhadores são contratados para serviços e afazeres pontuais na produção agroindústria, ou seja, somente em épocas de safras e/ou colheitas. Esses trabalhadores percorrem todos os anos de um lugar para outro atrás de colheitas e/ou safras das monoculturas, muita das vezes deixando para trás seus projetos, sonhos, seus territórios e também suas famílias.

Em sua forma volante, temporária e sazonal, o trabalho assalariado camponês, solidifica o sistema capitalista, concordando com sua acumulação e reprodução de maneira aumentada no meio agrário. Essa categoria de trabalho evidencia mais as contradições do próprio capital, no instante em que aumenta as desigualdades sociais que lhe são pertinentes, e as relações sociais entre os que possuem os meios de produção no campo e a grande massa de trabalhadores que tem de vender a sua força de trabalho, que é o seu único bem, para a sua subsistência.

Thomaz Júnior (2008, p. 283) sustenta que a estrutura do capital “[...] impõe ao camponês o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem”. É surreal e significativo o que ocorre em vários territórios camponeses, nos quais existem, simultaneamente, formas distintas de relações de trabalho e de produção, num momento ele é dono da terra, sob a condição de assentado, e ao mesmo tempo em que são trabalhadores assalariados do campo no agronegócio em suas respectivas monoculturas, sujeitados e subordinados à lógica perversa do capital. As estratégias são distintas, pois “[...] reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado” (ANTUNES, 2011, p. 78).

O capital em sua escala mundial, através do seu metabolismo e das transformações que vêm, ao longo do tempo, processando no meio agrário se estendeu nas relações sociais de trabalho, dando-se na maior parte sucedendo em atividades de trabalho informais e precarizadas. As empresas transnacionais do agronegócio e os grandes proprietários fundiários, adotaram a automação, a tecnologia e a flexibilização no processo produtivo, tendo como justificativa as intenções políticas, legais e econômicas, substituindo centenas de operários camponeses por máquinas, deixando assim poucos trabalhadores para o manejo e atividades mais específicas; com isso, mostrando como é excludente o modo capitalista de ser no campo. O que ocorre, é que esse processo tem causado às centenas de

milhares de trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra a extrema pauperização e uma enorme massa de assalariados desempregados e desalentados.

A precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista. Esse processo de (des)efetivação e (des)realização do trabalho, em suas múltiplas determinações (objetivas e subjetivas), assume especificidades no interior da dinâmica estrutural do metabolismo do capital, em nível mundial. (THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 285).

Por fim, é importante destacar a luta pelo direito à terra que compromete um considerável número de atores sociais que se responsabilizam na procura por uma solução do sempre e permanente conflito agrário, em prol das trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra. Da perspectiva dos pequenos agricultores e suas famílias, que são partícipes desses movimentos e processos de luta, em conformidade com seus aliados, parceiros e suas lideranças representativas, estas foram e são hábeis e eficazes de produzir uma prática política que idealizou e concebeu formação continuada das lideranças; a mobilização de movimentos sociais urbanos, instituições e entidades; articulação para angariar materiais e recursos financeiros; um aprendizado de novos valores que certamente contribuirão para uma nova e imperiosa concepção de uma outra civilidade, sociabilidade e urbanidade.

É importante destacar que, segundo as análises de Marx (2017c), a renda fundiária é a maneira pela qual a propriedade se engendra no aspecto econômico. Para isso se concretizar, de forma efetiva, é preciso que existam agrupamentos de pessoas/classes sociais que disponham do monopólio de possuir sobre certas e determinadas frações do globo terrestre. O pressuposto sobre o qual se baseia o modo capitalista de produção indica, por via de regra, que os efetivos agricultores sejam assalariados, empregados pelo arrendatário/capitalista, que, no que lhe concerne, faz da agricultura um domínio exclusivo de exploração do capital. Em relação ao capitalista, este paga ao proprietário da terra a permissão(direito) de explorá-la. O valor é pago em dinheiro pelo arrendatário-capitalista ao proprietário fundiário, que é, de forma prévia, estabelecida por força de contrato, dessa feita se dando a renda fundiária.

Diante do exposto vale ressaltar que, a venda da terra é determinada pela luta e relação entre proprietário fundiário e arrendatário, num contexto em que o primeiro procura estabelecer as condições do arrendamento. Esse domínio do proprietário fundiário só se impõe por causa da propriedade privada em relação à terra e, conseqüentemente, do controle da riqueza que a terra pode produzir. Em função disso, os proprietários fundiários operam

de uma certa forma uma espécie de monopólio sobre os arrendatários, de forma que o acordo/negócio se concretize entre eles se faça sempre mais vantajoso para aqueles. Desse modo, essa tal vantagem que se volta para o proprietário fundiário se revela no fato de que qualquer benfeitoria (invenções, construções, reformas, incremento no terreno, inovações tecnológicas, e até mesmo melhoramentos na força produtiva do trabalho) tende a elevar o preço/valor do arrendamento da propriedade. Necessário dizer que, mesmo que a benfeitoria seja feita pelo arrendatário, este somente aproveitará das benfeitorias no tempo do decurso do arrendamento, ou seja, enquanto durar o contrato. Por fim, quando o contrato se encerrar, o capital (benfeitoria) fica para o proprietário fundiário, e este, ao fazer um novo arrendamento de sua terra, seguramente pedirá mais dinheiro ao novo arrendatário.

Cabe destacar que de acordo com as reflexões de Marx (2017c), a renda fundiária é a forma pela qual a propriedade se realiza economicamente. Para que isso aconteça, faz-se necessária a existência de grupos de pessoas/classes sociais que detenham o monopólio de dispor sobre determinadas partes do globo terrestre. O pressuposto sobre o qual se sustenta o modo de produção capitalista estabelece, em princípio, que os verdadeiros agricultores sejam assalariados, empregados pelo capitalista/arrendatário, que por sua vez exerce a agricultura como campo específico de exploração do capital. Já o capitalista paga ao proprietário da terra o direito de explorá-la. A soma é paga em dinheiro pelo capitalista-arrendatário ao proprietário fundiário e é previamente definida por meio de contrato, assim tornando-se renda fundiária.

A renda da terra é estabelecida pela luta entre arrendatário e proprietário fundiário, numa situação em que o último busca definir os termos do arrendamento. Esse poder do proprietário fundiário só se estabelece por conta da propriedade privada sobre a terra, portanto, do controle da riqueza que esta pode produzir. Por isso, os proprietários fundiários exercem certa espécie de monopólio sobre os arrendatários, de modo que o negócio que se feche entre eles se torne sempre mais vantajoso para estes. Tal vantagem que se reveste para o proprietário fundiário se explicita no fato de que qualquer benfeitoria — incremento no terreno, inovações tecnológicas e invenções, e até mesmo melhorias na força produtiva do trabalho — eleva o preço do arrendamento. Ainda que essa benfeitoria seja realizada pelo arrendatário, este só tira proveito durante a permanência do arrendamento. Com o término do contrato, esse capital fica para o proprietário, e este, ao arrendar novamente a terra, certamente pedirá mais dinheiro ao novo arrendatário.



### 3 “QUESTÃO AGRÁRIA” E SUA PARTICULARIDADE NO BRASIL

Neste capítulo procuramos abordar a discussão em torno da questão agrária, uma vez que esta temática permeia todo o nosso trabalho. Contudo, esse conceito é comumente utilizado para as formas como se estabelecem as relações sociais na organização da produção agrícola, mas buscamos compreender os elementos explicativos da evolução da luta política e de classes para o domínio e controle da propriedade rural, especialmente no Brasil. Sendo assim, buscamos analisar os fundamentos da questão agrária pelo viés clássico do pensamento social, mas enfatizando especialmente as questões gerais e particulares no Brasil e suas implicações no nosso processo de formação social, econômica e política.

#### 3.1 Fundamentos da “questão agrária” clássica

Refletir a imprescindível “questão agrária”, sob o pensamento marxista, já escrevia Kautsky (1980), era insuficiente ter o simples conhecimento se a pequena produção tinha futuro ou não na agricultura, era justamente ao contrário, pois era indispensável aprofundar todas as transformações já experienciadas por ela durante o processo de produção capitalista para, desta feita, apresentar uma proposta de superação.

Para Kautsky (1980), era urgente aprofundar a pesquisa como o capital se apossa da agricultura, transformando-a completamente, ou seja, gerando a necessidade de novas formas de produção e ao mesmo tempo alterando de forma subversiva as antigas formas de propriedade e de produção. É justamente através deste pensamento que Kautsky escreve o clássico *A Questão Agrária*. Para o autor, estava nítido que a agricultura possui leis próprias, ao contrário da indústria padrão, e que essas leis, muitas vezes, se opõem com a lógica capitalista de produção. Fato é que os operários rurais e suas atividades no campo têm um movimento dinâmico tipicamente próprio e que sistematicamente foge do controle do capital, mesmo os camponeses estando de forma contraditória no capitalismo. Essa é uma perspectiva que precisa ser observada com rigor ao se refutar a questão de que as categorias dos trabalhadores camponeses deixariam, simplesmente, de existir, desapareceriam.

Ainda segundo Kautsky, uma comunidade econômica que se auto satisfazia quase que por inteiro era a família camponesa da Idade Média. A sociedade camponesa da Idade Média produzia os móveis, suas casas e todo tipo de utensílio doméstico básico, além também de produzir os gêneros alimentícios de que necessitavam. Suas próprias roupas, também, eram confeccionadas por eles, bem como as ferramentas usadas no cotidiano para

o trabalho na comunidade. Sobre a relação com o mercado, a sociedade camponesa na Idade Média comprava o que lhes carecia e vendia o que sobrava de suas produções, ou seja, da relação com o mercado, só separam o que julgam ser dispensável (supérfluo), não a sua existência (KAUTSKY, 1980). Refere-se, na realidade, a uma relação de valor de uso. Para o autor, estes trabalhadores camponeses formavam e constituíam uma sociedade sólida e indestrutível e que se bastava por si mesma. Vejamos as palavras do próprio Kautsky que:

[...] o pior a lhe acontecer seria uma péssima colheita, um incêndio, a invasão de um exército inimigo. Mas mesmo esses golpes do acaso só constituíam um mal passageiro; não secavam as fontes da vida. Contra as colheitas infelizes o camponês se protegia as mais das vezes com as grandes provisões armazenadas; o gado lhe dava o leite e a carne; a floresta e o córrego pagavam, igualmente, seu tributo à alimentação. Na mata colhia ainda a madeira de que se utilizava para a construção de nova casa, depois de um incêndio. (KAUTSKY, 1980, p. 29).

Os trabalhadores camponeses, examinados por Kautsky, desempenhavam juntamente com os seus filhos toda atividade laboral da propriedade, que era comumente herdada, e não tinham que pagar salário, renda a ninguém, seja empregado ou ao senhor. O que eles produziam no território em boa medida eram para suas sobrevivências, isto é, bebiamdo próprio vinho, vestiam-se com sua própria lã e comiam do próprio trigo. Em relação ao mercado, tinham pouca preocupação e nunca eram destruídos pelas revoluções e transformações do mercado (KAUTSKY, 1980).

[...] pouco tempo era necessário para “[...] lançar à terra a semente que dentro de cem anos [seria] uma grande árvore, para cavar o aqueduto que [drenaria] para sempre o seu campo, para formar a bica que lhe [daria] uma corrente de água pura para melhorar através de cuidados repetidos, mas furtados a seus instantes perdidos, todas as espécies de animais e vegetais que o [cercavam]”. (KAUTSKY, 1980, p. 30).

O operário rural, analisado por Kautsky, seguia resistindo com pequenas adequações e adaptações no cotidiano da vida camponesa, a saber: por meio da fumaça protegiam os vinhedos das geadas; através de fossos de descarga amenizava os efeitos dos verões muito úmidos; e por intermédio da irrigação resistiam às secas excessivas. Sobre a crítica à questão agrária atualmente, é o próprio Kautsky quem vai mostrar certas metamorfoses/rupturas nas relações camponesas que nos levam a caminhos para analisar a questão agrária atual. Para o autor, o real fator causador das mudanças foi a dissolução que o comércio e a indústria impuseram na sua forma de viver. O desenvolvimento do comércio e especialmente da indústria gerou:

[...] no meio urbano novas necessidades, as quais, da mesma maneira que os instrumentos novos aperfeiçoados, penetravam no meio agrícola de maneira tanto mais rápida e tanto mais irresistível quanto mais ativas se tornavam as relações entre a cidade e o campo – necessidades a que o meio rural não podia satisfazer. (KAUTSKY, 1980, p. 30).

Fato é que essas transformações ligadas ao progresso técnico, cooperaram, até determinado ponto, para um significativo despovoamento do meio rural, e também para mudanças nas relações de produção camponesa, e por fim, para um encolhimento do círculo familiar. Em relação aos jovens camponeses, muitos migraram para as cidades e não mais voltavam, por algumas razões, a saber: em busca de melhores condições de vida e motivação militar; outro fator que fazia o filho dos camponeses ir para a cidade era as inovações técnicas que assim dispensavam mão de obra no campo. Os jovens que ficavam na propriedade rural tinham que trabalhar o dobro para compensar. Porém, quando o trabalho dos que ficavam não era o suficiente para a manutenção da propriedade, era extremamente necessário a complementação de força de trabalho auxiliar, de trabalhadores assalariados que seriam contratados para a necessidade emergencial, por um período de serviços mais complexos e duros, e que poderiam ser despedidos tão logo o trabalho terminasse e não mais precisassem dos operários contratados (KAUTSKY, 1980).

É perfeitamente praticável e analisável, transportando, no tempo e espaço, essa passagem dos dizeres de Kautsky supracitado no que tange a contestação das reflexões contemporâneas de que muitos proletários rurais se desconfiguram em razão da contratação de mão de obra. Afinal de contas, a idealização de camponês se assenta na circunstância e característica de sujeito comunitário; na intensa e extensa relação comunidade-terra-família-trabalho; na produção essencialmente não capitalista e nas conexões e relações humanas e inter-humanas baseadas, sobretudo na caridade, amparo e companheirismo; e, especialmente no tornar-se classe. Nessa lógica, a mera contratação de mão de obra auxiliar, subsidiária, não é, ou pelos menos não deveria ser, um componente para desconfigurar a característica camponesa.

A indústria capitalista, para Kautsky, ornada de incontestável hegemonia técnica, cooperava para destruir a indústria doméstica dos trabalhadores rurais. E, quanto mais esse processo progredia, tanto mais crescia a necessidade de dinheiro por parte dos operários do campo. Isso era primordial “[...] não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não [podia] mais lavrar a sua terra, não [podia] mais prover a sua manutenção sem dinheiro”

(KAUTSKY, 1980, p. 31). É óbvio que, junto a isso aumentava, de igual modo, a exploração desmedida da força de trabalho dos proletários rurais. Nessa perspectiva:

[...] o único método mediante o qual ele podia conseguir dinheiro consistia em transformar os seus produtos em mercadorias, e levá-las ao mercado para a venda. Mas não era certamente para os artigos de sua indústria atrasada que ele mais depressa encontrava compradores, era para os que a indústria urbana não produzia. [...] O camponês caíra agora sob a dependência do mercado. [...] E justamente o que lhe fora antes uma bênção, tornava-se um flagelo: uma boa colheita. (KAUTSKY, 1980, p. 32).

O que se nota nesta relação é, que, quanto mais sua produção rural se transforma em mercadoria gerada, menos era viável e provável se conservar no modo tradicional de venda, isto é, aquela venda direta ao comprador. É exatamente aí que se tem e entra no horizonte da relação compra e venda a figura do atravessador, que faz a relação entre o produto e o consumidor. Além do mais, os recursos financeiros dos trabalhadores rurais não eram o suficiente para suprir todas as necessidades materiais e de dinheiro, por essa razão “[...] não lhe [resta] outro recurso senão fazer o uso do seu crédito, de dar a sua terra em hipoteca. Uma nova dependência, uma nova exploração, a pior de todas [...]” (KAUTSKY, 1980, p. 33).

Nesse sentido, para que a produção agrícola pudesse vir a se desenvolver com expressivo, melhoramentos econômicos e técnicos, a quantidade significativa de dinheiro seria condição muito importante para tal, daí se tem que, sem muito dinheiro a exploração agrícola moderna seria praticamente impossível. Kautsky afirmava ainda naquela ocasião que o fracasso da indústria rural, incumbida e totalmente responsável pela geração de produtos básicos e imprescindíveis à sobrevivência das comunidades camponesas teria obrigado, forçado, coagido os pequenos proprietários rurais a um trabalho acessório. Desta feita, os operários do campo passavam a encarar suas carências e necessidades de dinheiro, vendendo não somente a sobra de suas produções, mas, principalmente, o seu tempo excedente (KAUTSKY, 1980).

Na tese *O Paradigma do Capitalismo Agrário*, Abramovay (2012) sustenta em sentido oposto dos argumentos apresentados até aqui. Abramovay defende a ideia de que não existe uma questão agrária, e que a problemática estaria na forma de produção do campesinato. Para o autor, o operário rural deve se transformar em um pequeno empresário do campo para continuar existindo. No seu entendimento, “[...] a fatal desapareção do campesinato sob o capitalismo é não apenas consistente [...], mas fundamentada historicamente” (ABRAMOVAY, 2012, p. 139). Sua obra estimula o debate por ser

provocativa. De um modo geral, defende que a agricultura familiar, devido ao ambiente em que se desenvolve, atualmente, vai reprimir, sufocar o camponês, e ainda desapossá-los de suas peculiaridades constitutivas, enfraquecer suas bases simbólicas e objetivas de sua reprodução social bem característica.

A concepção inicial é exibida ao leitor de modo que ele acredite numa possível mudança do trabalhador do campo em uma espécie de empresário rural a que vai qualificar e classificar de agricultor familiar. Entretanto, seja dito de passagem, que os sujeitos se mantêm os mesmos, correspondendo o que sempre foram: camponeses, sem continuarem os mesmos (FERNANDES, 2013). Esse modo de enxergar/ver o campesinato isolado da agricultura familiar “[...] ignora as lutas camponesas de resistências ao capital e defendem a ‘integração’ da agricultura familiar ao agronegócio” (FERNANDES, 2013, p. 41). Em consequência disso, admite o autor, nos pensamentos escritos dos “advogados” da tendência do paradigma do capitalismo agrário, não há, nenhuma citação, referência, menção ao campesinato, exceto no caso da defesa de sua extermínio ou transformação em agricultores familiares (FERNANDES, 2013).

Essa substituição ou mesmo separação do significado conceitual de camponês por agricultor familiar é admitido, sem muita análise e reflexão no meio acadêmico, no próprio processo burocrático do Estado ou até mesmo entre os agricultores, movimentos sociais e sindicatos. Refere-se a uma análise evolucionista em relação ao desenvolvimento histórico e que tem cooperado para o perecimento do debate político acerca da questão agrária (MARQUES, 2008). Todavia, na conduta prática “[...] campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista” (FERNANDES, 2013, p. 42).

Quando, ao refletir sobre a clássica tese *A Questão Agrária*, de Kautsky, seu posicionamento é ainda mais categórico em defesa desta questão ao afirmar que a tentativa mais significativa do livro está em evidenciar a quão superior é a exploração capitalista sobre a propriedade familiar. Por esse ângulo, seria impossível conter, conforme Kautsky, o movimento dinâmico e inevitável que o capitalismo promove na expropriação dos trabalhadores rurais.

De outra maneira dizendo, muitas comunidades de operários camponeses resistem se livram da tentação de uma incorporação integral às estruturas de mercado, e, nessa perspectiva não sofrem a famosa transformação metamorfoseada num agricultor

profissional introduzido na perversa lógica de reprodução do capital. Quando acontece isso, não é por escolha, mas devido a uma totalidade de elementos que, juntos e somados, coagem e impõem a esses camponeses a inserção na lógica do mercado. Para exemplificar, arrola-se a política de crédito que, ardilosamente, obriga os agricultores à inserção no mercado financeiro. Mesmo assim, não se admite que fale que há uma metamorfose do camponês em outra coisa. Muda sua forma de viver, mas não sua característica e condição de ser camponês. Cite-se, paradoxalmente, o próprio Abramovay:

[...] por mais explorado que seja o produto do seu trabalho, mesmo que classes de não trabalhadores vivam dos resultados do seu esforço, e ainda quando se inserem em circuitos mercantis, não é possível que se tome o campesinato como um setor social sobre cuja base possa ocorrer a acumulação capitalista. (ABRAMOVAY, 2012, p. 139).

De acordo com Abramovay (2012), as desigualdades no meio rural poderiam ser, de certa forma, vencidas, a partir do momento que tivesse fomento à produtividade por meio de suporte financeiro, técnico e por meio também de criação de infraestruturas e medidas governamentais voltadas à geração em escala de mercado.

Por fim, para Abramovay, ou se compreende o real papel e significado desses agentes sociais do campo, bem como o seu lugar nos meandros do sistema capitalista, ou seguiremos sistematicamente a ouvir e a ler declarações assertivas de que os camponeses estão ou então irão, simplesmente, desaparecer, sumir, independentemente da sua forte presença e ação concreta no processo de metamorfose sócio-histórica. Na próxima Seção trataremos da questão agrária na particularidade brasileira. Esta exposição será feita de forma sucinta.

### **3.2 Aspectos da Questão Agrária no Brasil**

Desde o início do processo de colonização do Brasil, a grande concentração, o grande acúmulo de terras no país é um fator presente e predominante na sua formação sócio-histórica, e um dos principais interesses dos colonizadores portugueses. Não era o povoamento o intuito inicial dos colonizadores para o território brasileiro, mas antes a perspectiva de conseguirem alguns produtos para fins comerciais na Europa, como, por exemplo, o açúcar (PRADO JUNIOR, 2014). Portugal implementou inicialmente, durante o processo colonial, o regime de capitanias — num primeiro momento hereditárias, contudo, posteriormente transferidas, em 1654 para administração direta da Coroa

Portuguesa. De acordo com Borges e Luz (2017), os donatários tinham o arbítrio de doar terra, por intermédio do regime de sesmaria, a quem bem entendesse, isto é, a qualquer pessoa de seu interesse, melhor dizendo, com esse sistema de sesmarias, dá-se o início ao terrível processo de apropriação de terras no Brasil. Mas, com aumento excessivo de parcelamento de terra, através do sistema de sesmarias, houve a necessidade de se criar, a partir de 1780, mecanismos legais com fim de impedir isso. E ainda, segundo Borges e Luz (2017), em várias situações e momentos, mais de uma pessoa detinha título oficial da mesma propriedade de terra, devido ao fato de que as demarcações de terras não eram claras e certas, causando assim disputas, entre os latifundiários por uma mesma área territorial.

A forma de organização econômica e política no Brasil, até o século XIX, era, sobretudo, marcada e determinada pelo trabalho escravo que produzia mercadorias para fora do país nos grandes estabelecimentos de terra. Com a suspensão do tráfico negreiro a partir de 1850 e com a abolição da escravidão em 1888, a forma de organização política e econômica do Brasil começa a mudar, tendo o trabalho escravo substituído majoritariamente pelo imigrante europeu pobre. Por conseguinte, finalizava-se a base da produção de mercadorias feitas por trabalho escravizado em uma economia capitalista. Nesta circunstância inicial, a diminuta classe camponesa não fazia parte da mão de obra escrava e muito menos era dona de terras (MARTINS, 1981; SODRÉ, 2011).

A formação territorial do Brasil foi ao longo da história, determinada e marcada pela composição de uma robusta questão agrária. De 1850, ano de promulgação da lei número 601, de 18 de setembro, a conhecida Lei de Terras, até a primeira metade do século XX, os problemas no meio rural não foram resolvidos, ao contrário, os privilégios foram preservados; fato é que, muitos dos problemas relacionados à questão agrária brasileira reportam à metade do século XIX, quando foi sancionada a Lei nº 601, mais conhecida como Lei de Terras. Para Stedile (2013), a Lei de Terras (lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), foi a inauguração do latifúndio em terras brasileiras. A lei deixa nítido, já no primeiro artigo, que a aquisição de terras devolutas só se concretizaria, tão somente, por intermédio de compra. Com isso, ficaria impossível, futuramente, de os ex-escravos “libertos” pela Lei Áurea de adquirirem um pedaço de chão, uma vez que estes não possuíam capital para proceder a compra de terras.

De mais a mais, a lei de terras, em seu artigo segundo, deixava evidente, que todos que apoderassem de terras alheias ou devolutas, estes seriam compelidos ao despejo com perda, até mesmo, das ampliações e benfeitorias, e estariam também sujeitos até a

penade prisão. Percebe-se que, desde o império o regime agrário volta-se contra os pequenos, useja, contra aqueles que dispõem de menor poder aquisitivo, e ao passo que beneficia e protege os mais abastados. O Parlamento que promulgou essa lei que:

[...] era constituído por senhores de escravos e grandes fazendeiros. Fato curioso é que não existia nenhum coletivo popular protestando e/ou pleiteando uma política fundiária distinta da aprovada pelo Parlamento, que substituisse ao regime de sesmarias – que cessou nas vésperas da Independência. É importante destacar que, através desta lei, duas diferentes normas foram unidas numa somente: a posse útil, que era do particular, e o domínio, que pertence ao Estado. (MARTINS, 2000, p. 122).

O particular que não torna a terra útil, e essas mesmas terras fossem consideradas improdutivas, o Estado usava do direito de retomada destas terras, para depois redistribuí-las; o Estado usou dessa prerrogativa de retomada de terras até meados do século XVIII. Entretanto, ao particular fora transferido o domínio e a posse pela Lei de Terras. Com isso, foi instituída uma espécie de direito absoluto. Tem-se aí umas das preeminentes peculiaridades do latifúndio brasileiro e, com isso, umas das mais difíceis dificuldades para fazer a terra exercer, efetivamente, sua função social como ainda imaginava, antes mesmo da sua ruptura de caráter e perspectiva abstratamente teórica (MARTINS, 2000).

É imperioso destacar que não houve modificações importantes no quadro da legislação agrária no Brasil desde a promulgação da Lei de Terras em 1850, até a primeira metade do século XX. Desta feita, o modo de exploração das terras e suas principais repercussões, decorrências e desdobramentos vão continuar basicamente invariáveis até o ano de 1964, ocasião em que é estabelecido por lei o Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964). Um dos objetivos centrais desta lei era regular as obrigações e os direitos inerentes aos bens imóveis do campo, visando o fomento de políticas agrícolas e a reforma agrária. Com este Estatuto da Terra, houve significativos avanços no entendimento dessa política. A Lei nº 4504 conceitua reforma agrária como um conjunto de ações que tem por finalidade fomentar, promover a distribuição de terras, de forma mais satisfatória, por meio de modificações no regime de seu uso e posse.

Contudo, é indispensável mencionar e descrever um pouco o contexto político que o Brasil passava na ocasião anterior a esta lei. O presidente João Goulart, ainda em março de 1964, lançou o seu projeto de governo em relação à reforma agrária, via Decreto nº 53700/64, comumente chamado de *Decreto Supra*. Neste Decreto-lei ficou estabelecida a desapropriação de uma margem de terra num raio de 10 km nos eixos rodoviários e



ferroviários federais, o que nunca, infelizmente, se concretizou. Esse limite de terra desapropriado ao longo de rodovias e ferrovias federais seria fiscalizado, recuperado, mantido e beneficiado com aplicação de investimentos próprios da União para obras de açudagem, irrigação e drenagem (RAMOS FILHO, 2013).

Logo após apresentar o programa, exatamente dois dias depois, o próprio presidente do Brasil, João Goulart, reivindicou ao Congresso Nacional, a máxima urgência para a reforma agrária. Para tal, pediu ao Parlamento Federal que suprimissem do texto constitucional as palavras “prévia” e “dinheiro”, que ficavam exatamente no parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal de 1946, que dizia assim: “é garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (RAMOS FILHO, 2013, p. 92).

As consequências e implicações deste conjunto de medidas políticas foram imensuráveis. O presidente Goulart desagradou totalmente a aristocracia agrária brasileira, que tinha muita influência no parlamento nacional e que não demorou em pensar e se mobilizar contra tais medidas presidenciais que iam de encontro aos interesses das elites latifundiárias; estes fizeram de tudo para dificultar a implementação das novas medidas do Poder Executivo. Com isso, passados somente dezesseis dias após a apresentação da nova lei que regulamentava a questão agrária no Brasil, o presidente João Goulart foi destituído do cargo, num Golpe de Estado, comandado pelas Forças Armadas; o poder foi tomado, quebrando a hierarquia e harmonia democráticas. Contudo, por mais contraditório que pareça ser, já no primeiro ano do “governo” ditatorial, em novembro de 1964, declara RamosFilho (2013, p. 93), o primeiro “presidente” ditador, pós-golpe, General Castelo Branco “[...]aprovou, no Congresso Nacional, uma lei agrária que contemplava o que anteriormente fora a motivação para a derrubada de João Goulart”. Um fato importante que ajudou na promulgação da Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, foi a pressão, a tensão social exercida por parte da população camponesa espalhada pelo Brasil afora.

Esta nova lei instituiu vários novos elementos e institutos, dentre outros, a saber: todas as propriedades de terra do país tinham que ser, agora, cadastradas; a criação do IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária; as propriedades que subutilizavam seu potencial produtivo, eram desapropriadas pelo Estado; o Imposto Territorial Rural (ITR) — e sua obrigatoriedade; a possibilidade de formação de cooperativas e o seu conceito; as propriedades classificadas como minifúndio seriam desapropriadas para fins

de reforma agrária; e por fim, uma classificação geral para todas as propriedades, baseando-se em critérios de utilização, tamanho e capacidade de produção (RAMOS FILHO, 2013, p. 93).

Desde que atendida a sua função social, a lei deixava nítido que era assegurado a todos, sem qualquer distinção, o acesso à propriedade da terra. O texto da lei, mais especificamente em seu artigo 15, defendia que a implementação da reforma agrária em propriedades particulares se daria, preferencialmente, quando se tratar de áreas críticas, sujeitas a tensões e conflitos sociais. Eis um artigo muito importante desta lei, pois, ele garante o direito à reforma agrária a todos que vivem em territórios em constantes disputas litigiosas. Uma realidade brasileira de hoje, no meio rural, mas já tão marcante e presente em décadas passadas no nosso país.

Ao analisar a atual Constituição Federal Brasileira, a de 1988, onde foram estabelecidas normas e preceitos para as políticas fundiárias, reforma agrária e agrícolas, ressaltando-se o que reza o artigo 184, que traz exatamente que “[...] compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (BRASIL, 1988, art. 184).

Vale destacar, de forma especial, por causa da grande concentração de terras, o que está expressamente prescrito no artigo 188, da atual Carta Magna, sobretudo no parágrafo primeiro: “[...] a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional”. Em relação a essa regra, a única exceção, seria para as terras designadas à reforma agrária.

Prevaleceu entre muitos teóricos brasileiros, durante as décadas de 1970 e 1980, o entendimento de que a expansibilidade absoluta do capitalismo no território camponês brasileiro resultaria no desaparecimento da categoria do campesinato, a partir da seguinte forma: por um regime de diferenciação interna, oriunda dos paradoxos de sua entrada no mercado capitalista.

Em outras palavras, a trabalhadora e o trabalhador camponês, ao trabalhar e produzir para o mercado capitalista, intensificariam mais e mais seu vínculo ao mercado e automaticamente se tornaria totalmente dependente dos juros — ora adquiridos por meio de empréstimos para a compra e obtenção de serviços e produtos tecnológicos —, dado que os preços dos produtos por ele, o camponês, gerados, tinham a tendência de cair, muito em função do aumento significativo da produção (RAMOS FILHO, 2013).

Sobre o capitalismo agrário e seu paradigma, qualquer pensamento, entendimento contrário, é negado. Além de que, definições e determinações carregadas de historicidade, são esvaziadas, como o de camponês substituído por agricultor familiar; também, o de agricultura capitalista trocado por agricultura patronal e, hoje em dia, chamado de agronegócio, dentre outros novos forjados conceitos para o processo e dinâmicas antigas, como, por exemplo, a troca da noção de trabalho acessório por pluriatividade (RAMOS FILHO, 2013).

Também foi marcado, no campo político, no início do regime republicano por algumas características como o clientelismo e o coronelismo, por exemplo, fenômenos nos quais os poderes locais municipais tinham relações muito próximas com os governadores, criando apoio político para os coronéis e, com isso, facilitando fraude eleitoral. Entretanto, esse poder político social só acontecia através de um sistema de troca, ou seja, o coronel só permanecia no poder por meio de votos, e estes eram conseguidos por favores e trocas que ocorriam das mais variadas formas e jeitos (MARTINS, 1981). Surgem as primeiras tensões e conflitos sociais no campo, ainda nas primeiras décadas da República, sendo que, obanditismo e o messianismo, as formas mais influentes e presentes na organização até a década de 1940, da luta camponesa. Contestados, em Santa Catarina e Canudos na Bahia, são os exemplos mais conhecidos de confrontos da época. Estes casos foram duramente reprimidos. Por estarem, segundo expõe Martins (1981), à margem da economia exportadora, esses territórios teriam uma maior tendência à disputa pela terra.

Nesta lógica, os agricultores familiares são metamorfoseados em pequenos produtores capitalistas do campo. As desigualdades no meio rural, para eles, podem ser vencidas pela simples competitividade, uma vez que haja suporte a algumas ações de desenvolvimento e a problemática estaria, logo, no camponês (FERNANDES, 2013). Nas próprias palavras de Bernardo Fernandes (2013):

[...] para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma. (FERNANDES, 2013, p. 81-82).

Em razão da grande concentração fundiária no Brasil, dados de 1950, já legitimavam a grande necessidade de uma ampla reforma agrária. O levantamento daquele

ano, através de um recenseamento, já mostrava que as propriedades rurais com mais de 200 hectares, do qual o percentual era somente 9%, já dominavam 75% do território agrícola nacional, contra os 85% de propriedades que correspondiam por apenas 17% do território (PRADO JUNIOR, 2014). Isto é:

[...] por força da grande concentração da propriedade fundiária, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada em benefício de uma reduzida minoria. (PRADO JUNIOR, 2014, p. 291).

Todavia, iniciou-se um processo progressivo de urbanização, a partir da década de 1940, sendo o motivo central para esse fluxo migratório a condição precária de vida existente no campo. Com o avanço gradativo do capitalismo no meio rural, as condições de vida dos camponeses só pioravam, e conseqüentemente, se criava diversos e variados conflitos que, apesar de não articulados entre si mesmos e com características locais, tinham a luta contra a renda da terra em comum, como constata Martins (1981). Ainda sobre o fenômeno do êxodo rural, outro fator que fomentou a saída dos trabalhadores do campo foi a falta de uma legislação trabalhista para os camponeses, de modo que estes operários rurais pudessem minimamente gozar de uma proteção legal e assim terem as relações de trabalho no campo reguladas, como bem indica Caio Prado Júnior (2014).

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, mais conhecido como JK, a reforma agrária não foi o foco principal da sua gestão, embora houvesse uma movimentação no campo político — como os deputados nacionalistas —, e no campo social — como é o caso das ligas camponesas. A maior parte dos recursos do governo JK foi destinada aos setores de transporte e energia, compondo assim o Plano de Metas, que tinha por objetivo central o desenvolvimento econômico do Brasil, focando, portanto, no que se entendia ser os centrais gargalos da economia brasileira. O presidente JK teve sucesso, como expõe Moreira (2008), ao realizar em sua administração, a modernização brasileira. Mas, o Brasil não alcançou uma emancipação frente às economias desenvolvidas, devido à forma pela qual foi realizado o desenvolvimento econômico brasileiro. O capital internacional entrava no Brasil atraído, principalmente, pelos baixos salários pagos aos trabalhadores por sua mão de obra extremamente barata, e tinha interesses somente nas áreas e setores onde poderiam obter lucros expressivos de forma mais fácil: eis a principal crítica encontrada. Só no governo João Goulart, uns anos depois, já em meio à crise política, que uma reforma com caráter social seria engendrada.

Dessa forma, um dos grandes problemas para a consolidação de políticas verdadeiramente efetivas para o meio rural brasileiro ainda hoje lembra este elemento estrutural, que, historicamente, marcou a sociedade brasileira, com uma herança que, permanentemente, se reproduz até nos dias de hoje. Como nos moldes do restante da América Latina, o Brasil administrou, de uma certa forma, os seus dilemas, angústias e questões, como nos instrui Fernandes (1987), compreender as desigualdades sociais nos demanda a fazer uma análise das condições estruturais do Estado brasileiro como um todo, conhecendo e especificando o processo sócio-histórico que fundou a forma discriminatória de acesso a riqueza e renda. Nota-se que essa desigualdade se dá com a brutal concentração de terras desde os tempos dos senhores rurais, dos donos de terras; e estes, formam a elite brasileira, desde o Brasil colônia, que passou a integrar a organização do Brasil nação, dominando e controlando os setores políticos e econômicos. Igualmente:

[...] A preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da nova ordem nacional a partir da herança nacional (ouseja, de uma “revolução dentro da ordem”). (FERNANDES, 1987, p. 55).

Segundo Fernandes (1987), de igual modo, o que se deu foi uma “revolução conservadora”, na qual não ocorreu uma ruptura com as velhas e caducas estruturas coloniais, porquanto essas somente se restabeleceram em um novo contexto político. Nesta oportunidade de criação do Estado Nacional, os antigos senhores donos de terras, com poder de decisão e mando, passam a serem os novos cidadãos, não contemplando assim a participação da classe trabalhadora, que era composta basicamente pelos trabalhadores escravizados e a estes, a “consciência de classe”, não se reconhecia, com isso, o poderio e domínio da aristocracia agrária se fortaleciam cada vez mais. Conseqüentemente, como pensávamos, as elites brasileiras não tinham interesse pela Independência, com princípios libertadores e anticolonialistas, que refutassem e arguissem a ordem colocada, mas sim estimuladas pelas implicações políticas, sociais e econômicas que esta dita “revolução”, coma ruptura do estatuto colonial, oportunizaria, em termos de mais domínio e poderio em todos os estágios e aspectos da ordem social ou da sua distribuição, caso os “de baixo” viessem a organizar e estruturar essa conquista.

Ainda em Fernandes (1987), o autor examina a consolidação do capitalismo no Brasil, realçando três fases: a primeira fase se deu com a abertura dos portos e foi até a

metade do século XIX, época marcada, sobretudo, pelo crescimento de um mercado capitalista moderno; já na segunda fase, que dá prosseguimento na segunda metade do século XIX até o século XX, mais precisamente no ano de 1950, marcada, especialmente, pela composição e a expansão de um capitalismo competitivo; por fim, a terceira fase apresentada por Fernandes, se dá nos anos de 1950 até o golpe militar de 1964. Essa fase se apresenta como o período de entrada e estabelecimento do capitalismo monopolista.

Com base em Fernandes (2001), reforçamos que a análise e estudo da questão agrária tem que ser a partir do processo contraditório e desigual das relações capitalistas de produção. Fernandes (2001) nos aponta que os movimentos “sócio-territoriais” atuais, que seformam na luta pela terra, significam a representação da diferença e do novo, no que tange aos modos de resistência na luta prática pela terra e reforma agrária, com a constituição e organização de acampamentos, assentamentos rurais para o efetivo enfrentamento à concentração e acumulação fundiária. Para fim de produção de commodities, há uma verdadeira dominação e controle direto do capital sobre o campo, que se dá por meio da financeirização e também pelo grande uso da tecnologia. Ao minorar o papel da terra nesse processo, altera completamente a luta política, fazendo com que a disputa se torne vital por um diferente e específico modelo agrário, isso indo até além da própria e substancial questão da reforma agrária.

Os argumentos teóricos apresentados assessoram para a devida discussão da centralidade da questão agrária aqui postulado, porquanto nos possibilitam assinalar a necessária ênfase das relações de produção capitalistas na vigente questão agrária, ao prepararem, além do mais, os fundamentos para contestarmos as concepções romantizadas da realidade, que protegem e defendem interesses díspares. Ao considerarem a importância e urgência de uma necessária reforma agrária estrutural e basilar, em todos os sentidos, e como um elemento estratégico e essencial para enfrentar e combater a perversa concentração fundiária e o domínio e poderio da aristocracia agrária brasileira, permitem e geram o contraponto para a fundamental reflexão da questão agrária, nos termos e nas disposições que esse conciso estudo se propõe a abordar.

Com base para substanciar os estudos, Wood (2000), em seus escritos sobre “As Origens Agrárias do Capitalismo”, ressalta que é factível assimilar o verdadeiro curso das políticas de Estado para o campo na Europa, quando especifica os modos de cercamentos praticados. De acordo com a autora do artigo, nas primeiras fases, o Estado monárquico, de vez em quando, colocava obstáculos para que essas práticas de cercamentos não se consolidassem, alegando ameaça à ordem pública. Notadamente se vê, mais uma vez, as

classes agrárias conseguindo moldar o Estado aos seus interesses capitalistas (chegando ao ápice depois da conhecida Revolução Gloriosa, do século XVII). Em meados dos anos de 1.700 e diante, a interferência estatal diminui e até acaba, porém, uma nova forma de cercamento surgiu, os denominados cercamentos do Parlamento. Eis a comprovação vital do total sucesso do capitalismo agrário (WOOD, 2000, p. 16).

Nessa perspectiva, os princípios do mercado são configurados, e as relações econômicas passam a ser reguladas. Desta feita, os sujeitos implicados nesse processo se tornam parte com total dependência do mercado e suas condições — estas pautadas e ditadas pelo Estado. Isto é, para a iniciação do capitalismo agrário, o Estado foi personagem central com a elaboração de normas, preceitos e a promulgação de leis; o campo não só reformulou suas formas e técnicas de plantio e cultivo, mas principalmente foram engendradas novas concepções e perspectivas de propriedade (WOOD, 2000, p. 13).

Apenas para reforçar as análises, Wood (2000), em seu artigo “As origens agrárias do capitalismo”, destaca que é possível compreender o real direcionamento das políticas de Estado para o campo na Europa, quando explica as práticas de cercamentos. Segundo a autora, nas fases iniciais essa prática foi às vezes obstaculizada pelo Estado monárquico, quando mais não fosse por ser uma ameaça à ordem pública. Mas uma vez que as classes agrárias conseguiram moldar o Estado aos seus interesses — sucesso praticamente garantido depois da chamada Revolução Gloriosa de 1688 — não houve mais interferência estatal, e um novo tipo de cercamento apareceu no século XVIII, os chamados cercamentos do Parlamento. Nada testemunha com maior clareza o triunfo do capitalismo agrário (WOOD, 2000, p. 16).

Nesse sentido, conformam-se os princípios do mercado, que passam a regular as relações econômicas. Assim, os atores envolvidos nesse processo tornam-se dependentes das condições do mercado, que são ditados pelo Estado. Ou seja, para a introdução do capitalismo agrário o Estado teve papel fundamental com a promulgação de leis e a criação de normas; o campo não apenas mudou suas técnicas de cultivos, mas especialmente foram criadas novas concepções de propriedade (WOOD, 2000, p. 13).

## **4 “DESENVOLVIMENTO” E O CASO DO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES PEREIRA**

Essa pesquisa busca descrever a dinâmica das transformações sociais e econômicas de um grupo de assentados na região de Governador Valadares. Para entender essas práticas e esses modos de lutar, que transformam a vida de famílias assentadas, foram analisadas as diretrizes da questão agrária que incidem no processo de “desenvolvimento” das famílias antes e depois de se tornarem assentadas da reforma agrária. Sob essa premissa, este capítulo também contempla uma contextualização do Assentamento Oziel Alves Pereira, analisando o seu processo de surgimento e transformações ocorridas ao longo de sua história. Também enfatizamos os desdobramentos da questão agrária no Assentamento e seus impactos no processo de organização local das famílias estabelecidas.

### **4.1. A “questão agrária” se transforma em “questão do desenvolvimento”**

As atividades econômicas, tradicionalmente, mais importantes do meio rural brasileiro, que são as atividades agrárias, ao longo do tempo, vêm cedendo terreno a outras atividades econômicas que se fixam no espaço camponês. Os serviços e a indústria, esta em menor medida, vão se estabelecendo e ocupando, progressivamente, partes cada vez maiores do PIB e dos empregados rurais. Concomitantemente em que novas atividades preferem e fazem a opção por uma localização rural, o turismo, por exemplo, atividades que faziam parte do dia a dia das comunidades e famílias de pequenos agricultores, tais como, o cultivo de flores, a fabricação de utensílios domésticos e também de conservas, viram mercadorias apensadas ao fluxo mercantil, gerando-se uma “mercantilização do tempo das famílias rurais” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000).

Isso se dá com bastante veemência nos territórios com uma agricultura moderna e que têm em suas proximidades um mercado com caráter consumidor de posse de um poder aquisitivo de médio para médio-alto, com capacidade de pagar o preço colocado desses novos produtos camponeses. Nesta conjuntura, apresenta como forma de opção para escolha “eficiente” para a família de pequenos produtores agrícolas a pluriatividade. Três modos de trabalho na pluriatividade aparecem: no primeiro, alguns dos membros da comunidade camponesa se dedicam a manter a tradicional produção agrária no tempo em que outros se profissionalizam em atividades não-agrárias; e, por fim, todos os integrantes compartilham atividades não-agrárias e as essencialmente agrárias, há aqui uma



mesclagem da primeira com a segunda.

Portanto, a pluriatividade trata-se de opção, porém, que estimula e promove um aumento da exploração capitalista, sinalizando “[...] para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e para a reestruturação produtiva, que têm como efeito básico o aumentada exploração do trabalho e a ampliação da margem de lucro dos capitalistas” (ALENTEJANO, 1999, p. 150). Neste novo cenário de integração mercantil, a pluriatividade, passa-se abastadamente somente em territórios muito específicos, ficando boaparcela da área alheia a estas práticas, em outras circunstâncias e casos recepcionando-as de modo pontual ou, por vezes, se conservando com um caráter de pluriatividade em sua forma tradicional, voltada para a produção de subsistência dos pequenos agricultores familiares.

Todavia, a revisão das políticas públicas para a zona rural brasileira nas últimas três décadas, vem considerando tais situações — pluriatividade, emprego rural não-agrário — como objetivo, assumindo uma definição mais ampla de campo, onde as atividades não-agrícolas se misturam com atividades agrícolas e, num entendimento mais amplo, onde se observam as postulações do desenvolvimento local e da promoção e estímulo da agricultura com base familiar incorporada ao mercado<sup>1</sup>.

Na concepção de agricultura do tipo familiar, é necessário salientar que, a característica familiar não é simplesmente uma descrição, visto que a “família” é conservada e estabelecida como unidade de produção, à proporção que usa o trabalho dos integrantes da família proprietária. À vista disso, o fato de vincular família-trabalho-produção têm implicações substanciais para a sua ação no contexto social e econômico.

Na história brasileira, a agricultura de essência familiar, quando analisada sob o aspecto da sua necessidade e importância socioeconômica, foi deixada de lado pelos setores dominantes e pelo próprio Estado a uma situação subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária para fins mercantis. Ao longo do tempo, a agropecuária, foi considerada como uma das únicas a garantir lucros e divisas para o Brasil, por meio, especialmente, da exportação; ficaram a cargo da exploração familiar as seguintes

---

<sup>1</sup> Durante a década de 1960 e 1970 houve um intenso processo de modernização do setor rural no Brasil, denominado de “revolução verde”. Este processo ocorreu sob uma clara conciliação de interesses entre o setor agrário — grandes e médios produtores — e o setor industrial. No entanto, a modernização restringiu-se a alguns produtos e a um segmento restrito de agricultores. Essas mudanças provocaram uma alteração na base técnica da agricultura brasileira e o principal instrumento, utilizado pelo Estado, para promover esse desenvolvimento foi o crédito agrícola subsidiado. Esse permitiu a capitalização dos proprietários, possibilitando a industrialização do campo. Os subsídios governamentais abriram, portanto, a oportunidade para investimentos pesados na agricultura, promovendo o seu avanço tecnológico através do uso de diversos insumos e equipamentos provenientes da indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

atividades, consideradas secundárias, como: servir como uma força reserva de trabalho, de forma auxiliar, nos momentos em que as grandes explorações demandassem; e produzir alimentos para o consumo interno — especialmente para os centros urbanos, visto que as grandes fazendas de exportação eram, geralmente, autossuficientes na produção de gêneros alimentícios. Sob outra perspectiva, há que se considerar, de igual modo, que o Estado teve atuação na constituição de pequenas propriedades rurais em alguns locais específicos de determinados períodos históricos, com o objetivo de ocupar territórios pouco povoados, considerados estratégicos, por exemplo, a vinda de imigrantes europeus no século XIX e também no início do século XX, com a finalidade de colonizar o sudoeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e as regiões de matas do centro-norte do Rio Grande do Sul. No período do governo Getúlio Vargas (anos de 1930-50), foi criado um projeto de colonização através de deslocamento populacional do Sul e do Nordeste para os estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás; também foi realizado projetos de colonização no governos militares, levando gente de territórios com tensões sociais, principalmente nas décadas de 1960-70, para Rondônia, Pará, e Mato Grosso (TAVARES DOS SANTOS, 1985; MEDEIROS, 1995).

A circunstância de menor relevância e de invisibilidade social da agricultura familiar foi debatida no artigo “Uma Categoria Rural Esquecida” da autora Maria Isaura Pereira de Queiroz, que publicou o referido artigo em 1963, numa ocasião em que a questão da reforma agrária estava sendo discutida em âmbito nacional e era considerada como categoria contrária aos interesses dos latifundiários e dos assalariados camponeses. A autora, com base em dados de Jacques Lambert e Caio Prado Júnior, chama a atenção para o fato de que naquela ocasião as grandes lavouras de exportação ocupavam somente três milhões e meio de hectares, ou seja, 27,2% da área brasileira, ao passo que para as culturas de subsistência sobravam quatorze milhões de hectares, isto é, mais de 70%.

Ainda, mediante a esses dados e indo de encontro à interpretação que Caio Prado Júnior fazia deles, para quem a grande maioria da área nacional não usada pelas enormes explorações seria de fato desabitada – a sobra —, Queiroz admite, com veemência, que o Brasil “não é um país predominantemente monocultor, e sim, um país de policulturas; a pequena roça de policultura fornece alimentação aos sessenta milhões de habitantes do Brasil e emprega a maioria dos homens do campo” (QUEIROZ, 1963; QUEIROZ, 2009, p. 61).

Ainda que as formas de precariedade tenham sido diferentes nos diversos territórios do Brasil, os agricultores com características e base familiar para prosseguirem

persistindo, necessitavam de uma forma ou de outra, abrir espaço e caminho entre os obstáculos encontrados. Como reitera Wanderley:

[...] submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. São igualmente fonte de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul. (WANDERLEY, 1996, p. 9).

Essa condição de precariedade, na maior parte dos casos, restringiu a formação de uma categoria de agricultores baseados na atividade familiar, que pudesse ser e fazer um contrabalanceamento político e socioeconômico às organizações dos grandes proprietários. Nesta perspectiva, além dos agricultores de tipos familiar não terem sido priorizados no que tange ao acesso ao crédito público, às técnicas modernas e à terra, de igual modo, tiveram enormes adversidades para estruturar forças políticas independentes que permitissem poder confrontar o modelo de agricultura dominante e os grandes proprietários de estabelecimentos fundiários. Como certifica Gramsci (2002), as “classes ou grupos subalternos” têm enorme dificuldade de se unir e de engendrar instrumentos para uma organização independente. As tentativas de união e centralização desses coletivos são sempre, de forma contínua, desarticuladas pela ação direta dos grupos dominantes — estes que dirigem o Estado também —, seja pela desqualificação cultural e moral ou então por instrumentos de repressão. Gramsci (2002, p. 131) traz ainda que, “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico”, quando se trata de iniciativas organizacionais próprias.

A sistematização de reiteradas iniciativas dos agricultores de base familiar estabeleceu-se como sujeitos políticos, as continuidades e discontinuidades a ele pertencentes, procurando compreender as condições que rodeiam a necessidade da categoria agricultor familiar no fim dos anos de 1980 e seu reconhecimento e consolidação como sujeito político.

Cabe ressaltar, primeiramente, que a urgência da percepção de agricultura familiar não somente trocou a expressão “pequena produção” por outro análogo, mas motivou um deslocamento conceitual e teórico, de sentido sobre o que, de fato, este segmento de agricultores representaria. Por conseguinte, é importante frisar que tal deslocamento teórico pode ser notado nitidamente na multiplicidade do enfoque que os

estudos acadêmicos feitos nos decênios de 1970 e 1980 destinavam para a chamada pequena produção, centrados que estiveram na pesquisa, primeiro sobre a característica capitalista da sua agricultura, segundo, sobre o que tinham de moderno e tradicional, e por fim, sobre processos de subordinação/integração face à indústria. Geralmente, os trabalhos sofriam um enfoque conceitual de forma negativa sobre a pequena produção — influenciada em teorias de Marx, Kautsky e Lênin —, vindo a reconhecer que estava em vias de desaparecer com a progressão e avanço das relações capitalistas no meio rural.

A partir do final da década de 1980 e particularmente durante a década de 1990, segundo Picolotto (2011), alterou-se consideravelmente o sentido e o rumo dos enfoques teóricos e as investigações, momento este em que passou a prevalecer o uso da ideia e percepção de agricultura familiar. Ao invés de buscarem só as condições e formas precárias etambém de inferioridade desse segmento da agricultura, o da agricultura familiar, com seus “indícios do seu fim eminente”, os trabalhadores passavam a procurar revelar a sua relevância socioeconômica, a sua rica diversidade, a sua potencial capacidade produtiva e, maiormente, que o modo de exploração familiar foi o verdadeiro e grande encarregado pelo expressivo crescimento e desenvolvimento da produção de gêneros alimentícios no Brasil, e também, porque não dizer, em boa parte do mundo desenvolvido.

Como consequência desse novo cenário, passa-se a inserir a sucinta exposição logo a seguir dos essenciais trabalhos que desenvolveram esta noção no Brasil. Resumidamente, no prisma desses autores, vistos anteriormente, o segmento agricultura familiar representa um padrão de organização da agropecuária com base na “empresa familiar” que tem vantagens e utilidades ambientais, sociais e econômicas, especialmente, por ser mais sustentável, eficiente e democrática, quando correlacionada ao modelo tradicional patronal — modelo fabricado para opor-se ao familiar, como empresas racionalizadas, especializadas e muita das vezes impessoais. Os agricultores de base familiar seriam um certo estrato de agricultores com capacidade de se ambientarem às modernas reivindicações e ambições do mercado, e que ainda se distinguem dos outros pequenos produtores inaptos de compreenderem tais transformações. O entendimento central é o de que o agricultor de tipo familiar é um sujeito social da agricultura contemporânea, e, em certa medida, ele, o agricultor familiar, é consequência da ação do próprio Estado, que confiou e investiu no modelo de exploração familiar, seja na definição de políticas de preços, seja por ingerência na estrutura agrária, e por fim, interferência direta no processo de inovação técnica e nos níveis de renda agrícola.

Foi engendrada uma sugestão conceitual, a partir deste esforço de pesquisa

internacional, que considera dentro da categoria uma importante versatilidade dada pelos diferentes posicionamentos que processa a “lógica familiar” nas relações sociais e da sua servidão dependente ao mercado. Lamarche (1998), nessa lógica, sugere a distinção de quatro espécies de modelos teóricos de exploração de base familiar na agropecuária: agricultura familiar moderna, agricultura de subsistência ou camponesa, empresa e empresa familiar. Para o caso brasileiro, se apresenta com predominância dois padrões, com estreita relação: agricultura com base familiar moderna e agricultura de subsistência camponesa. Nestes dois modelos, a investigação destaca a manutenção da hegemonia da mão de obra familiar na qualidade de estratégia, mesmo onde existe a figura do trabalho contratado e a busca contínua pelo acesso regular à terra como condicionante presente ainda no poder da capacidade de engendramento da família (LAMARCHE, 1998, p. 110). Em sentido contrário de Veiga e Abramovay, que enxergam a agricultura familiar de maneira mais restritamente limitada, como uma empresa familiar, Lamarche compreende que agricultura de base familiar é composta, sobretudo, por uma pluralidade de situações nas quais processa a lógica familiar, explicitando uma rica heterogeneidade e uma grande capacidade de acomodamento da agricultura de modelo familiar em circunstâncias socioeconômicas diversas.

Na pesquisa internacional liderada por Lamarche, da qual Maria Nazareth Wanderley participou, revelou esta pesquisadora que, recentemente, essa experiência de estudo possibilitou “recolocar o eixo das reflexões” dos estudos que eram desenvolvidos em solo brasileiro, “centrado não mais nas razões da sobrevivência do campesinato, já que existência deste era incontestável, mas no lugar que ele ocupa” (WANDERLEY, 2003, p. 15). Com essa confirmação se tratava, portanto, de entender o agricultor do tipo familiar como um ator social, membro pleno do desenvolvimento, da sociedade, de modo geral, e de forma mais direta, das transformações do meio rural e da agricultura como um todo. Significa, portanto, de buscar assimilá-los como personagens principais de sua própria história.

Sobre esse modelo de agricultura, o caráter familiar, não é meramente um detalhe descritivo e superficial, mas “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 2003, p. 15). A respeito deste tema da estratégia familiar como central, a autora, Wanderley, apresenta o seguinte argumento de forma acessória, em outro texto, que

[...] mais do que a diferença quanto aos níveis de renda auferida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos agricultores familiares, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar. (WANDERLEY, 2003, p. 15).

Em razão dessa duplicidade de caráter da agricultura de tipo familiar, ainda a autora Wanderley (2003, p. 47) traz a seguinte argumentação: “o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto desociedade — e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história — é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura”. Nessa perspectiva, a proposituratória e conceitual elaborada por Wanderley é mais abrangente possibilitando realçar as “raízes camponesas” do agricultor de base familiar moderno, concomitantemente em que assente encontrar os sujeitos sociais em forma de organizações, e os agricultores sendo partícipes de seu próprio regime processual de estabelecer-se na qualidade de agricultores familiares.

Na próxima Seção trataremos de um assentamento em particular. Trata-se do Assentamento Oziel Alves Pereira, localizado em Governador Valadares-MG.

#### **4.2.Contextualização do Assentamento Oziel Alves Pereira: surgimento e transformações**

O município de Governador Valadares, que fica ao leste do estado de Minas Gerais, cerca de 300 quilômetros da capital mineira, já foi, em certa medida, referência nacional da reforma agrária (não concretizada). Exatamente onde se localiza o Assentamento do MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — Oziel Alves Pereira, a antiga Fazenda do Ministério, que fica próxima à área urbanizada da cidade, fez parte da triste história provocada pela ditadura militar no Brasil. Acontece que, João Goulart, o então presidente da República Federativa do Brasil, eleito democraticamente, antes de ser tirado do poder por um golpe cívico-empresarial-militar, manifestaria, por causa da mobilização das famílias de trabalhadores camponeses e urbanos desempregados, naqueles idos de 1964, a designação da Fazenda do Ministério (que era mais usada, indevidamente, por grandes fazendeiros da cidade) para a tão almejada Reforma Agrária, que assim contemplaria centenas de famílias camponesas da cidade e região, e com isso também mitigaria um pouco a tensão e o conflito por terras que estava acontecendo muito naquela época.

Em março de 1964, precisamente no dia 30, milícias armadas chefiadas por latifundiários de Governador Valadares atacam violentamente a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais — órgão responsável por organizar e mobilizar trabalhadoras e trabalhadores rurais na cidade e região; logo a seguir, as mesmas milícias vão até o local, no centro de Governador Valadares, onde funcionava o jornal “O Combate”, que apoiava a luta dos lavradores pela apropriação da terra e pela reforma agrária, e destroem os equipamentos e quebram tudo lá dentro. O que ocorria em Governador Valadares, essas tensões políticas e sociais no campo e na cidade, mas principalmente no meio rural, era o que ocorria também em diversas regiões do Brasil. Cenário que foi agravado, e muito, com o anúncio e movimentação pela reforma agrária, feito pelo então presidente João Goulart, desagradando assim a aristocracia agrária, especialmente, do país, que juntos aos militares da época deram o golpe, tomando o poder que ora fora outorgado a Goulart pelo povo.

No ano de 1994, exatamente no mês de agosto, aproximadamente 250 famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais, liderados pelo MST, ocuparam de forma pacífica e ordeira (por parte dos camponeses) a área da Fazenda do Ministério, com o intuito de ter um pedaço de terra para que cada família pudesse produzir e, sobretudo viver com o mínimo de dignidade. Foram precisos três longos anos de muita luta e resistência para que as famílias camponesas acampadas conseguissem junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a tão sonhada e desejada transformação da Fazenda do Ministério em Assentamento de famílias simples e pobres para a reforma agrária. O referido Assentamento recebeu o nome de forma democrática e justa, de Oziel Alves Pereira (uma jovem liderança que foi torturada e morta pela polícia do Pará, quando lutava e resistia pelo direito à terra). O INCRA criou o Assentamento, precisamente em 25 de novembro de 1997 e nele, 67 famílias foram devidamente assentadas; destinando a cada família camponesa um “pedaço de chão” de 28 hectares (MOREIRA, 2008).

Segundo Moreira (2008), uma parcela significativa das famílias era minifundistas e “sem-terra” que moravam na cidade de Governador Valadares ou em outras cidades da região leste do estado. A outra parte das famílias, composta, sobretudo, por trabalhadores rurais mais jovens, eram, geralmente, filhos e filhas de minifundistas “sem-terra” que também haviam, em certos momentos, migrado para outros centros urbanos mais desenvolvidos, como por exemplo Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A característica principal na região territorial e no modo de viver destas famílias camponesas é o trabalho para os fazendeiros em suas terras. Os senhores de terra, chamados por fazendeiro-patrão pelos camponeses, colocava o trabalhador para trabalhar nas diversas atividades

rurais em suas terras e, com isso, exploravam a sua força de trabalho; às vezes, o dono da terra “dava” parte para o operário rural trabalhar na “produção a meia” ou a “terça”. Ocasionalmente, o latifundiário contratava o trabalhador como diarista (pagando só o dia) para os mais variados afazeres da atividade agropecuária.

De acordo com a reportagem de Azevedo (2019), no vigésimo quinto aniversário da ocupação da antiga Fazenda do Ministério, as famílias do Assentamento Oziel Alves Pereira em Governador Valadares fizeram uma festa de três dias, de sexta (24) a domingo (26). A data é propícia para comemorar e lembrar os 25 anos de luta e resistência pela terra. Para a cidade e para toda região, fazer esse ato de comemoração e conquista é histórico e resgata a memória da batalha que foi para a ocupação, depois acampamento, aí sim, virar Assentamento pelo INCRA (AZEVEDO, 2019). Esse território em que, atualmente, as famílias camponesas Sem Terra moram e constroem suas vidas e histórias, é um marco de resistência, luta e exemplo para outras famílias conquistarem suas dignidades. A fazenda do Ministério, Assentamento Oziel desde 1996, abriga vestígios da época terrível da ditadura militar no território e região leste e essa história começa mesmo antes do nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com as Ligas Camponesas (AZEVEDO, 2019).

Antes de ocupar a fazenda do Ministério, as lideranças e referências do MST chegaram a Governador Valadares e região por causa desse indicativo antigo e histórico de lutas; de que a referida fazenda era uma área antes destinada à reforma agrária, como sempre quiseram os trabalhadores camponeses sem terra e o próprio governo João Goulart. Por isso, a fazenda se tornou o principal alvo de ocupação pelas famílias rurais sem terra lideradas pelo MST (AZEVEDO, 2019).

Um dos primeiros assentados e também uma das primeiras lideranças do MST, Brasilino da Silva, 53 anos, enfatiza a relevância da ocupação desta específica fazenda, que marcou a chegada e o início das atividades das Ligas Camponesas na região sudeste do país. Brasilino destaca em entrevista a Azevedo (2019) que:

“O processo mais interessante é que esta fazenda foi desapropriada em 1963 para fazer um plano de Reforma Agrária do João Goulart, mas veio o golpe de 1964 e o processo foi abortado. Nós retomamos a fazenda novamente 30 anos depois. Então esse contexto histórico é um símbolo de resistência, porque foi por causa dessa fazenda, um elemento forte das Ligas Camponesas no Vale do Rio Doce, que houve um pretexto para o golpe militar”, conta Brasilino. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

Relembra, com propriedade, outra grande liderança e assentada Terezinha



Sabino, 63 anos, praticamente a mesma história de Brasilino e enfatiza os dois anos na beira da rodovia:

“Na leitura da notificação do despejo, se não me engano, foi a promotora que leu o documento que dizia que os Sem Terra precisavam sair daquela terra para não contaminar o gado da EPAMIG. Fomos violentamente despejados em 48h, acompanhados por vários camburões e ônibus de polícia, indo morar às margens da BR 116, permanecendo por aproximadamente dois anos”, relembra a mulher de 63 anos. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

Em relação ao momento político-social da época, aspecto muito importante, Brasilino confirma e destaca a dimensão da violência no meio rural que acontecia, de forma corriqueira na região.

“Nós fizemos um trabalho de base nessa região do Rio Doce toda, e foi muito interessante porque aqui no assentamento tem apenas uma família de Governador Valadares, os outros vieram de outros lugares, porque aqui a violência foi muito grande na luta pela terra na época da ditadura militar”, explica, Brasilino. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

De 1994 a 1996, sob lonas, famílias inteiras moravam acampadas, entre a rodovia e a cerca da fazenda, e mesmo assim os acampados, de forma precária, plantavam e produziam feijão e milho. Todos os dias, os trabalhadores e as trabalhadoras entravam na fazenda por debaixo da cerca para cultivarem a terra e só saíam quando a polícia chegava e mandava sair. Brasilino conta a Azevedo (2019) em tom de humor: “montamos o acampamento ali e começamos a trabalhar na terra; chegou um ponto que a polícia desistiu de vir e nos perturbar em relação ao trabalho”.

E o cenário de tensão e resistência continua e se intensifica a partir de uma outra reocupação que aconteceu, inclusive com despejo violento, o que relata Cláudia Gonçalves, de 42 anos, para Azevedo (2019, n.p.): “o que mais me marcou na luta no período de acampamento, foi quando a gente reocupou a fazenda, e teve um despejo todo planejado para ir para violência [...] ainda assim, jovem, isso me marcou demais”.

Cláudia ainda se recorda dos momentos difíceis quando ela e os demais companheiros e companheiras de luta, viviam debaixo dos barracos de lonas à beira da estrada: “ali foi um período muito difícil, muito violento, muitos companheiros foram presos, apanharam, mas foi quando conquistamos essa terra” (AZEVEDO, 2019, n.p.).

Uma das assentadas e moradoras mais antigas, Dona Maria Gonçalves, fala de igual modo, como sua vida mudou a partir das lutas travadas pelo tão sonhado pedaço de

chão para si e sua família: “nossa chegada aqui foi de caminhão, com as crianças e as poucascoisinhas que a gente tinha...” expressa de forma saudosa e ao mesmo tempo firme e convicta (o tom expressado na resistência pela terra). Ela ainda diz:

“Até hoje a gente não esquece aquele monte de polícia, mas esse lugar representa aliberdade, o conforto, o aprendizado. O assentamento é onde a gente trabalha sem precisar ser explorado, tem a oportunidade de estudar e ter mais conforto”, completa Dona Maria Gonçalves. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

O aparato violento da polícia marcou significativamente a assentada Terezinha Sabino, que lembra como foi de extrema importância a unidade de entidades e sujeitos do campo popular para a resistência:

“Fomos despejados desta vez com helicóptero de polícia, banda de música, cavalaria, cachorros, porém houve muita repercussão e mobilização da sociedade, com religiosos, sindicatos e políticos de esquerda da época, além de movimentos populares”, conta Terezinha. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

No ano de 1996, a maioria das famílias assentadas, lideradas pelo MST e, juntamente com outros atores sociais parceiros do campo popular para a luta e resistência, seuniram e foram de Governador Valadares à capital mineira a pé, numa marcha, para reivindicarem a emissão definitiva da posse da terra na fazenda do Ministério, para a devida reforma agrária. Chegando a Belo Horizonte, todos foram recebidos com muita truculência evárias pessoas foram feridas e presas. O governador, na época, era o tucano Eduardo Azeredo (PSDB). Mas, com todos os obstáculos e percalços, as famílias, através de muita luta, persistência e resistência, conseguiram a tão sonhada emissão da posse da terra. Lembra ainda Terezinha Sabino:

“Aqui é um espaço de disputa política ideológica da classe dominante até nos dias atuais. Não concordam com a retomada da luta pela terra. No imaginário, eles é que tinham vencido a luta pela terra no golpe militar de 64 na região do Vale do Rio Doce, mas as famílias acampadas se organizaram em torno da proposta coletiva”, conta Terezinha. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

Fato é que, hoje, segundo a reportagem de Azevedo (2019), o Assentamento Oziel Alves Pereira é referência de organicidade e trabalho coletivo para a Reforma Agrária em Minas Gerais e em todo o país. As famílias camponesas são engajadas na participação dos projetos sociais do MST, como, por exemplo, a Escola do Campo (ativa e atuante); tem militantes professores assentados atuando na alfabetização de jovens e

adultos, no projeto chamado Jornada “Sim, Eu Posso!”, de 2018, implementado no governo do petista Fernando Pimentel (PT); além de diversos setoriais organizados, como a cultura. O local conta com um amplo Centro de Formação com hospedagem para homens e mulheres.

Voltemos ao nome dado ao Assentamento: Oziel Alves Pereira, que foi escolhido para identificar o Assentamento em Governador Valadares, por se tratar de um jovem idealista pela luta da terra e, principalmente, pela Reforma Agrária; ele foi torturado e morto em uma emboscada no estado do Pará pela polícia daquele estado da federação. Esse fato teve uma comoção nacional, que aconteceu em 21 de abril de 1996 — o massacre de Eldorado dos Carajás —, mesmo período do acampamento no leste de MG. Oziel tinha apenas 17 anos e uma vida inteira pela frente. Portanto, esse nome representa também a resistência e a luta dos moradores assentados, que chegaram à antiga fazenda do Ministério ainda jovens e hoje em dia dão continuidade ao encorajamento pela luta da terra aos seus filhos e netos, ou seja, deixar um legado, acima de tudo, nas consciências das futuras gerações de camponeses.

Sobre esse aspecto de que bastantes jovens atuaram na luta e conquista desse Assentamento, objeto do estudo, Cláudia Regina Gonçalves, 42 anos de idade, é um exemplo; ela conta sobre sua atuação e diz como e quando começou: “[...] eu participei de várias lutas, desde os 16 anos de idade, até hoje”. Para Cláudia, a juventude sempre foi muito presente no processo histórico do Assentamento, que justamente carrega o nome da jovem liderança, Oziel Alves Pereira, assassinado precocemente, de forma covarde e cruel, aos 17 anos de idade. Cláudia ainda relembra com destaque:

“A gente conseguiu sair da pobreza, não tenho nem palavras para dizer o que isso significa. Significa vida digna, só de saber que a gente está num assentamento, pode dormir tranquilo, ter um espaço para trabalhar e no dia de amanhã ter o que comer... quando a gente trabalhava para o fazendeiro, eu me perguntava: será que vai sobrar pra gente comer ou vai tudo para o fazendeiro? Meu pai ficava a semana toda na roça, chegava final de semana, e depois de meses e meses o que ele fazia era pro fazendeiro”, relembra Cláudia. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

Ainda sobre a juventude ser uma referência presente na “construção” do Assentamento em análise, Daniel da Silva, 20 anos de idade, relata de forma resumida como é ter crescido e se desenvolvido em uma área de assentamento que fora destinado à reforma agrária, através de muita luta. “Eu nasci debaixo de um barraco de lona”. Quando Daniel nasceu, a área da fazenda já estava com a emissão de posse deliberada pelo órgão

competente. O INCRA, contudo, demorou um pouco até as famílias camponesas repartirem terra na prática. Daniel conta ainda que, crescer sob os valores de coletividade, solidariedade e fraternidade, que são diretrizes do MST, foram substancialmente importantes na sua formação da infância à juventude e que também até os dias de hoje, o Assentamento, sob a coordenação do MST, mantém a organização com nucleamentos de base e setoriais em pelo funcionamento (saúde, educação e cultura, por exemplo). Daniel enfatiza que “em 25 anos de muita luta, nós ainda temos os mesmos ensinamentos e princípios do Movimento. Aqui estão nossos núcleos de base, nossa coordenação, parte de alguns setores”, lembra (AZEVEDO, 2019, n.p.). Daniel se coloca como exemplo de como o projeto de educação para o campo traz uma perspectiva positiva e relata com entusiasmo:

“Toda a vida escolar eu estudei dentro do assentamento, menos no ensino médio. Ainda estamos na luta, não foi fácil fazer a migração da escola do campo para a escola da cidade. A gente vai com princípios que lá não são os mesmos, não é a mesma liberdade de estudar e dialogar, de conversar e até mesmo de brincar, porque na escola do campo a gente tem toda uma liberdade”, conta Daniel. (AZEVEDO, 2019, n.p.).

Por fim, o jovem assentado Daniel ressalta que de todos os setoriais e temas colocados e trabalhados pelo MST, a educação é o que tem mais poder de mobilizar e organizar o Assentamento e que ele, Daniel, participa juntamente com outros jovens, das lutas e resistências do MST de maneira efetiva e massiva. O que mais o marcou, positivamente, até hoje, foi a sua participação, ajudando, na prática, a organizar a “sua” primeira ocupação de terra, construindo assim o Acampamento Cidona; isso foi durante o Segundo Encontro Estadual de Juventude, promovido pelo MST.

Para ele, Daniel: “o marco quando se conquista uma terra é dar esperança àquelas pessoas e abrir o olho de quem ainda não confia na reforma agrária, de que é possível se conquistar uma terra, é uma resistência” (AZEVEDO, 2019, n.p.).

#### **4.3. Os desdobramentos da questão agrária no Assentamento Oziel**

Após o processo da ocupação, passando pelo Acampamento e Pré-Assentamento (assentamento em vias de regularização) chegando até ao Assentamento em definitivo (terras regularizadas pelo INCRA), o Assentamento Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares, chega em 2022 com 26 anos de luta e conquista, especialmente, das

68 famílias camponesas estabelecidas.

Através de um levantamento realizado, por meio de observação participativa, aponta para melhorias de vida no que se refere às seguintes condições: de moradia, produção de renda, trabalho rural e ao consumo de alimentos, sem agrotóxicos. Conforme visitas periódicas e conversas com alguns assentados e assentadas, seja na Agrovila ou mesmo na terra de cada um, elas/eles são, praticamente, unânimes em afirmar que a vida, hoje em dia, é muito boa (compadre Moreira). O que se percebe é que os membros das famílias operárias rurais sentem uma alegria pela conquista da terra, de trabalhar na terra, de ver a produção crescer no campo, de poder entrar em suas casas, de ter um lar; alegria também de ter apropriada escola no Assentamento para as crianças, sobretudo, o campo de futebol e o centro de formação. Sentem prazer em ficar na roça trabalhando, cuidando da terra, produzindo para si, para a comunidade e para vender para o comércio. Nota-se que o cotidiano no Oziel é bom, traz uma sensação de uma vida boa, que outrora não tinham; pois as famílias fazem o que gostam, e por isso sentem que agora são verdadeiramente livres.

Um fator que faz a comunidade camponesa do Assentamento se sentir feliz e realizada é que todas as famílias “têm trabalho” e isso faz com que elas gostem cada vez mais da vida nesse espaço. Plantar, produzir, consumir e vender internamente no Assentamento e externamente (principalmente nos bairros urbanos circunvizinhos, nas feiras e no mercado local da cidade), traz satisfação e tem uma certa facilidade na venda e saída dos produtos pela qualidade do que é gerado no Assentamento (Sujeito 1). O que também traz motivação e engajamento de todas e todos é o jeito de organizar as reuniões, os núcleos, os setoriais, os mutirões, a associação de moradores da Agrovila – isso causa um gosto pelo companheirismo, pela irmandade, a camaradagem, enfim, a vivência e a convivência em comunidade (Sujeito 2).

Uma condição primordial para a qualidade de vida das famílias moradoras do Assentamento Oziel Alves Pereira é o acesso, a aquisição e o trabalho na pequena propriedade. Ao visitar algumas pequenas propriedades do Assentamento, vê-se que a produção da/na terra é, razoavelmente, diversificada; as famílias criam desde galinhas e seus ovos, até gado leiteiro, sem esquecer dos suínos, tudo em pequena escala. Na parte do plantio (agricultura), têm camponeses que plantam grãos (milho, arroz, feijão), frutas (manga, acerola, bananas), mandioca, legumes, verduras. Tem também quem produza mel. Entretanto, o “que dá dinheiro” é a produção de leite e o seu derivado, o queijo (Sujeito 3), com isso, gera-se dinheiro para o complemento do orçamento doméstico; essa renda monetária é fundamental.

Os produtos mencionados são trocados e/ou vendidos para as famílias assentadas, uma pequena parte da produção. A maior parte é vendida no mercado consumidor local da cidade de Governador Valadares. Especialmente o plantio e produção de jiló e do quiabo, quando cultivados comercialmente, chegam a dar mais dinheiro que o próprio leite (Sujeito 4) — essa atividade, uma boa parte das famílias assentadas já conhecia e praticava, quando trabalhava para os fazendeiros sob a forma de semi-assalariados ocasionais. Como modo de diversificar o rol de produtos comerciais e assim atingir outros mercados para a geração da renda financeira familiar, alguns assentados iniciaram a produção comercial de coco, café, laranja, banana, mel e até seringueira.

Ainda sobre o diversificado plantio da terra de algumas famílias operárias rurais, alguns produtos servem tanto para o autoconsumo alimentar quanto para serem comercializados, ou seja, fazer dinheiro é um duplo papel. Um exemplo bem comum é o caso da criação de aves, especificamente, a criação de galinhas, do tipo caipira; que delas, são comercializadas tanto a carne quanto os ovos. Essa produção é feita basicamente no quintas e fundos das casas na Agrovila. Nessas casas, observa-se em algumas que, devido ao lote ser consideravelmente grande, tem plantio de milho, arroz, mandioca, feijão, hortaliças, manga. Tanto o milho quanto o feijão, a produção destes é bem acima do autoconsumo das famílias, anualmente. Contudo, fica inviável uma produção maior destes produtos devido ao preço que o mercado local quer pagar. Todavia, há ainda a intenção em algumas famílias assentadas de manter a produção em escala maior do feijão e do milho como itens geradores de renda, pois querem e desejam processá-los e até industrializá-los tanto para o comércio local, quanto para o comércio regional, com preços melhores. É recorrente o sentimento e o desejo da comunidade do Oziel de implantar uma pequena fábrica de farinha (mandioca e milho) e também de comprar uma máquina para beneficiar o arroz, uma vez que, o arroz em casca e o milho em grão não têm muito valor no mercado local devido ao preço ser extremamentebaixo, tornando assim, economicamente inviável sua produção comercial.

Ao andar pela Agrovila e fazer algumas visitas às casas de algumas famílias (numerosas em membros), nota-se que precisam complementar a renda para o orçamento doméstico, pois só o trabalho na terra não é o suficiente muitas vezes; estas famílias necessitam de outras fontes de renda, como salário da aposentadoria, Pensão e BPC (Benefício de Prestação Continuada), todos via INSS; boa parte das famílias são cadastradas no CadÚnico, para o recebimento da renda mensal do Auxílio Brasil (o antigo ProgramaBolsa Família); além disso, várias famílias têm, em seu meio, pedreiros,

pintores, vigias, manicures, motoristas, professoras... Boa parte destas atividades laborais são “bicos” para também o complemento à renda monetária familiar da comunidade camponesa Oziel Alves Pereira.

Uma constatação e uma afirmação comum das famílias assentadas é que agora elas não passam mais fome, como antes acontecia. Agora, elas têm a sua própria terra para plantar, cultivar o seu próprio alimento e dela viver. Hoje, as famílias fazem ao menos três refeições por dia e que nas suas despensas têm alimentos comprados no comércio local, daquilo que não é produzido nas terras assentadas.

Hoje, bem diferente da vida antes do Assentamento Oziel, os trabalhadores manifestam-se que se alimentam todos os dias e que não necessitam ficar pensando se vai ter comida hoje ou amanhã; o fantasma da fome ficou no passado de exploração e humilhação (Sujeito 5). Antes de serem assentados (as), a maioria trabalhava para fazendeiros locais e/ou regionais e que, nesta época, não muito distante, eram empregados semi assalariados, recordam; e que comiam de forma regrada e o pouco que sobrava, eles vendiam para terem dinheiro para outras necessidades familiares que os fazendeiros não supriam.

A partir do Assentamento Oziel, do trabalho da comunidade na terra conquistadaa duras penas, as famílias têm, agora, todos os dias em suas mesas: arroz, milho, feijão, inhame, bolo, canjiquinha, pão, verduras etc., — alguns produtos são adquiridos no comércio da cidade, como por exemplo, o tomate quando não estão na época boa. Como dito anteriormente, os lotes das casas das famílias camponesas assentadas no Oziel, na Agrovila, são, relativamente, grandes; que dão para criar galinhas, ovos, plantar hortaliças (todo lote tem uma horta) etc. Essa pequena produção de fundo de quintal também vai para a mesa paraa subsistência familiar, alimentos como: frutas (laranja, limão, mamão, manga, banana, coco, acerola), verduras, legumes, carne de porco, galinha, ovos, mel, entre outros.

Vemos que parte da alimentação que compõe a cesta básica é produzida no Assentamento pelos operários camponeses donos de suas terras; a outra parte que não é produzida é comprada no mercado local, tais como: o óleo, o sal, algumas carnes, o macarrão etc. (Sujeito 6). Um princípio que rege na produção artesanal camponesa é não usar agrotóxicos; essa é uma preocupação constante: a de produzir alimentos saudáveis. Para o pequeno agricultor assentado, Lúcio, é o objetivo das famílias a longo prazo eliminar alguns produtos feitos pela grande indústria e que fazem mal, como por exemplo, o pão e o açúcar. Um dos sonhos da comunidade assentada é ter uma pequena fábrica de farinha (Sujeito 7).

Saindo da Agrovila e indo às terras dos assentados, percebe-se que o principal fator gerador de renda da maioria é a produção de leite. Este produto alimentício é trocado e vendido por outros produtos internamente na comunidade rural. É vendido de forma direta aos consumidores, em suas casas, nos bairros circunvizinhos e até mesmo no centro da cidade, que não fica tão longe do Assentamento. Devido ao não apoio dos órgãos competentes governamentais, o produto (leite) é vendido cru, não pasteurizado, de forma “in natura”, que é colocado dentro de garrafas plásticas de dois litros (tipo pet) e transportado por motocicleta, bicicleta, até aos compradores. Os pequenos produtores correm o risco de serem fiscalizados pela vigilância sanitária (Sujeito 8). Com políticas públicas voltadas para a produção em pequena escala do leite, essa situação poderia ser resolvida. Uma grande Cooperativa de produtores de leite de Governador Valadares fica perto da localidade do Assentamento Oziel, mas essa cooperativa (administrada por grandes fazendeiros da região) dá mais atenção aos grandes e médios produtores de leite. De vez em quando, algum assentado comercializa seu produto in natura para a Cooperativa, mas não é muito comum. Sobre o queijo, que tem saída considerável, é comercializado como o leite, de porta em porta e também na Feira Livre municipal. Como a cooperativa de produtores de leite, a Central de Abastecimento (CEASA) de Minas Gerais Regional/Governador Valadares fica também bem perto do Assentamento Oziel, algumas famílias camponesas comercializam lá jiló e quiabo de forma convencional; estes dois últimos produtos têm papel importante, quase como o leite, como atividade econômica geradora de renda para seus produtores.

O milho e o feijão têm papel secundário na produção e comercialização, mas internamente para a comunidade é garantia de consumo anual das famílias; o que “sobra” é vendido para os atravessadores e também para alguns fazendeiros da região. Além do consumo interno, de praticamente tudo que se produz, outro objetivo dos trabalhadores rurais assentados é vender o excedente a partir dos grãos plantados para obter renda monetária, só que, muitas vezes, esses trabalhadores deixam de comercializar esse excedente da produção devido ao preço baixo que não condiz e não remunera o seu trabalho de modo justo.

A produção e sua comercialização são entendidas e descritas pelos camponeses, camponesas e também pelo setorial de produção como uma “questão” (problema) a ser atacada, enfrentada e transformada. Esse ponto está sempre presente nas pautas de discussão, como preocupação das famílias, exigindo esforço e ações dos trabalhadores/as e suas organizações internas. A venda (comercialização) dos produtos do Oziel de maneira direta junto aos consumidores da área urbana é um método engendrado para driblar e superar a



lógica e os interesses das relações capitalistas, aos quais estão sujeitas. Isso leva a uma margem sensível e perigosa, numa linha tênue com a zona capitalista e suas armadilhas. Boa parte da renda das famílias camponesas do Assentamento é estabelecida e decidida nas relações de compra e venda e, também, porque não dizer, na troca da produção com comerciantes locais e com fazendeiros. Mas, a realidade nua e crua é que, inalteravelmente, os preços exigidos e praticados pelos capitalistas não compensam para os pequenos produtores da agricultura familiar do Oziel, ou seja, o trabalho destes não é remunerado, valorizado, como merecem.

A Feira da Agricultura Familiar Agroecológica (FAFA) foi implantada pelo então prefeito João Domingos Fassarella (PT), em 2003, que funciona uma vez por semana, sempre às sextas-feiras, na parte da manhã, ao lado do Mercado Municipal, centro de Governador Valadares. Algumas famílias do Assentamento Oziel Alves Pereira participam desta feira, expondo seus produtos para a comercialização; essa feira, para as famílias assentadas, tem um significado muito especial e constitui-se num espaço alternativo que contribui para tornar o Assentamento uma referência como território camponês de luta, trabalho e produção regional. Para que seus trabalhos não sejam expropriados na hora da comercialização, a ideia da comunidade do Oziel é qualificar, transformar e beneficiar a produção (das frutas, milho, arroz, leite etc.). Outra possibilidade real é a produção de sistemas produtivos agroecológicos. Tanto a venda dos produtos na Feira Agroecológica de forma direta aos consumidores, quanto a comercialização na CEASA, na Cooperativa, da produção agrícola e pecuária, são concebidas na organização coletiva do Assentamento via MST.

Constatou-se também que, a partir de observações e conversas com alguns moradores e moradoras do Oziel, a comunidade camponesa participa de forma direta e indireta das atividades e ações do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST). Apresentou-se um fato muito interessante e instigante sobre militância e participação das famílias, a saber: a participação efetiva e a militância propriamente dita são garantidas no núcleo familiar, ou seja, sempre terá um membro da família “disponível” para fazer a luta no movimento através de sua militância cotidiana. Em outras palavras: o pai, a mãe, ficam na produção trabalhando, para que as filhas e filhos possam ajudar o movimento e a comunidade com suas militâncias; o contrário também se aplica. Por exemplo: o caso da camponesa Rosa que, enquanto ela produz galinha, ovos, hortaliças, seu filho Daniel — que integra o setorial de juventude — trabalha na mobilização e organização do movimento, exercendo com prazer sua ação de militante. Um dificultador para as famílias militarem na

luta por direitos é a condição financeira; mas a maioria entende a importância de se sacrificar para estarem organizados enquanto movimento social, porque sabem que é a partir da organização coletiva que vão avançar na busca de uma vida melhor. Por fim, sempre será e é um fator desafiador para os camponeses assentados: viverem na Agrovila, trabalharem na terra (sem apoios estatais) e ao mesmo tempo atuarem nas atividades de luta das agendas do MST.

Diante de todo o processo da formação do Assentamento Oziel Alves Pereira, as famílias assentadas, de forma consciente e livre, trabalham em suas terras e participam da luta organizacional do MST, com isso, formam quadros de liderança, que já ocuparam e ocupam atualmente a direção estadual do MST, como membros, de forma destacada.

É bom lembrar que, a materialização da militância interna dos assentados no Oziel, no município de Governador Valadares e na região leste é bem forte, marcante e organizada e que é postulada por vários setores pré-estabelecidos; alguns são: educação, política, cultura, produção. Sem esquecer que as famílias são organizadas em núcleos (grupos familiares divididos por moradores de cada rua na Agrovila). A partir dos setores e dos núcleos formados, a direção local, de modo democrático, estabelece várias ações do movimento para que todos e todas participem: cursos de formação, reuniões, plenárias, marchas, frente de massas, caminhadas, protestos, entre outras. É uma característica marcante e peculiar a ação política dos membros do MST por todo o Brasil e no Assentamento Oziel não é diferente — a atividade político-social dos camponeses assentados é um atributo forte e relevante que os caracterizam e, ao mesmo tempo que os apresenta e anuncia suas capacidades de se formarem e atuarem num campesinato suficiente e emancipado, traço de território de trabalhadores em formação.

Um desejo, um sonho comum na comunidade rural ora pesquisada, juntamente com a organização do movimento é avançar cada vez mais, economicamente e que possa produzir, de forma gradual e sistemática, alimentos, arte, cultura, música, dança e formação, com qualidade, tornando-se um espaço geográfico de referência em Governador Valadares e região leste do estado. Querem, ainda, que todos produzam, de forma organizada coletivamente. Um Assentamento melhor a cada dia, esse é o sonho das 68 famílias camponesas assentadas no Oziel. Cada família tem sua casa na Agrovila, mas o sonho dessas pessoas é dar um melhor acabamento nas casas e que seus filhos/as possam fazer suas casas no lote, para que estudem na cidade e fiquem na terra trabalhando, sem perderem o contato com a cultura da agricultura familiar no campo. Sobre a juventude do Assentamento: os sonhos dos jovens — e também dos seus pais — é de continuarem a estudar, terminarem

o ensino médio, fazerem uma faculdade, seja Agronomia ou Direito. Por fim, a comunidade sonha com uma vida produtiva e próspera, a partir da perspectiva do campo, seja na produção de grãos, de leite, de hortaliças etc.; em ter bons equipamentos para irrigação; sonha em produzir água nas nascentes, recuperando-as; em formar pequenas matas, florestas; um pomarvasto de frutas variadas; sonha também com uma pequena fábrica de polpa de frutas; com uma plantação de bananas de todos os tipos em grande escala; de poder comprar uma moto, um carro para o trabalho e para o lazer da família; e ter dinheiro para viver dignamente com os seus.

O território do município de Governador Valadares é composto por grandes latifúndios, escancarando o modo de produção dominante, suas relações capitalistas com caráter extremamente exploratório ao longo do processo sócio-histórico urbano/rural. O Assentamento do MST Oziel Alves Pereira se consolida, por meio de muita resistência e luta político-social num espaço anticapitalista. A pauta de luta pela terra, por direitos humanos e trabalhistas, evidencia claramente que essa comunidade assentada se coloca e está em uma fase superior no processo intrínseco de territorialização, mesmo com todas as forças capitalistas contrárias. O objetivo é a desterritorialização do quinhão do território da aristocracia agrária valadarense e regional. A partir da conquista do Assentamento, os camponeses lutam agora contra a servidão aplicada pelas relações sociais/comerciais com o mercado capitalista, a partir da troca da produção laboral; antes a luta era contra a sujeição dos fazendeiros patrões e todo tipo de exploração da força de trabalho.

A primeira e principal prática adotada pelas famílias camponesas é a produção, com as próprias mãos, para a subsistência, ou seja, obter da terra o sustento para viver. Nesse sentido, o que fica constatado por relatos e documentos internos é que desde a origem da ocupação da antiga fazenda do Ministério, os trabalhadores plantam e produzem em prol de sua subsistência, de sua família e da comunidade como um todo. O consumo próprio da produção é o principal objetivo, mas a comunidade rural visa ampliar a produção com o intuito de comercializar para investir em suas casas e também na Agrovila, de forma comunitária.

Entretanto, é preciso buscar alternativas de trabalho e relações para quem quer se manter na terra produzindo com qualidade e sem o uso de veneno, é o que se verifica. Desta feita, após a difícil e demorada regularização fundiária do Assentamento, foi realizado por intermédio da organização e direção do MST, um planejamento estratégico entre os assentados, focando nas fases da produção para a subsistência, para a comercialização no mercado local e até vislumbraram a etapa de industrialização da

produção camponesa. No entanto, nesse planejamento estratégico, não foi cogitada a possibilidade de se fazer empréstimo/financiamento, principalmente envolvendo o estado como credor, pois a classe dominante ocupa esses espaços de poder financeiro, que fecham as portas para os pequenos e com isso, a efetivação de manejos produtivos mais complexos fica prejudicada, obstaculizando o avanço do Assentamento enquanto fonte de produção agrícola de qualidade, com respeito e cuidado ao meio ambiente. Diante do exposto, examinando o que se pesquisa, inferimos que mais uma indispensável metamorfose se engendra, porquanto, o Assentamento Oziel não mais será só o espaço do trabalhador/a rural que se mantém com os pés fincados na terra por meio de muita luta, coragem, organização, mobilização e resistência.

Não obstante, existem questões que foram observadas, que devem ser consideradas, a saber: há um grau elevado, conforme observamos, de moradores que recorrem a outras atividades no meio urbano como forma de produzir uma renda complementar. Esse processo de uma jornada dupla de trabalho é um ponto fundamental para ampliar as pesquisas e compreender o real impacto desses processos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo investigar a trajetória dos trabalhadores do Assentamento Oziel Alves Pereira e os caminhos pelos quais esses agricultores familiares conseguiram se constituir enquanto personagens políticos portadores de uma identidade e um projeto de trabalho e de um modo de vida específico. Para isso, partiu-se de uma investigação sócio-histórica sobre as origens desses assentados e da maneira como esses atores sociais buscaram possibilidades de organização da agricultura e das relações de trabalho com o meio urbano.

Mesmo diante de um histórico da questão agrária no Brasil, pautada sobre o processo de modernização da agricultura, que foi voltada apenas para os interesses do grande mercado e da lógica capitalista, esses trabalhadores rurais podem ser considerados, mesmo que em uma escala limitada, como importante agentes na defesa da agricultura familiar e em um modo de vida que garante o mínimo de dignidade para aquelas famílias ali assentadas. Seja na produção mínima de subsistência ou em base produtiva restrita, a segurança alimentar parece estar garantida para aqueles moradores.

Além de buscar compreender o movimento e as lutas dos trabalhadores rurais do assentamento em questão, o objetivo principal dessa pesquisa foi o de contribuir para o debate acerca do trabalho no meio rural e suas relações com a cidade, especialmente diante da dinâmica de territorialização da lógica do capital. Desse modo, buscou-se, em primeiro lugar, compreender os processos históricos que determinam as condições do agricultor familiar sob a lógica do capital, especialmente em uma região como a de Governador Valadares, a qual é marcada por um conservadorismo da elite local. Em segundo lugar, procurou-se compreender a luta dos trabalhadores assentados em conflito com o capital, sobretudo diante desse contexto de precarização do trabalho.

Diante dos objetivos desta pesquisa, procuramos oferecer elementos críticos para a análise de políticas públicas de desenvolvimento da agricultura e dos trabalhadores rurais no Brasil neste início do século XXI, especialmente a partir das trajetórias desses trabalhadores específicos que protagonizaram uma luta e um modo de vida que se apresenta como embate e alternativa diante das desigualdades provocadas pelas contradições do modo capitalista de produção.

Esse movimento de marcha das famílias sem-terra, que lutam para romper com os processos de controle das classes dominantes e especialmente luta contra a pobreza

extrema e pelas garantias mínimas de uma vida material e social decente. Torna-se elementar que o que desencadeia a luta pela terra, realizada pelas famílias de trabalhadores, tal como a ocupação por meio dos acampamentos e o estabelecimento de assentamentos viáveis (do ponto de vista da subsistência) são formas efetivas de luta e estratégias que garantem uma mudança substancial na vida de famílias inteiras e demonstram a necessidade cada vez mais de debater o tema e a busca por soluções que potencializem cada vez mais a reforma agrária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 1. ed. Brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/ Campinas: Hucitec/ANPOCS/Unicamp, 1992, 2012.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? *In*: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 147-173.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade nomundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AZEVEDO, Agatha. Assentamento Oziel Alves completa 25 anos de resistência em Minas Gerais. **MST.org**, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/08/23/assentamento-oziel-alves-completa-25-anos-de-resistencia-em-minas-gerais/>>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu. Banco da Terra: análise econômica e exemplos de financiamentos. **Boletim do DESER**. Edição especial. Junho 1999.
- BORGES, Daniela N.; LUZ, Janes S. Dinâmicas sociais no campo: concentração da propriedade de terra, pobreza rural, organizações camponesas e movimentos sociais no campono século XX. **Espacios**, Caracas, v. 38, p. 11, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 mai.2022.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? *In*: CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998. p. 148-170.
- FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Memorial/Tese de Livre-Docência. Presidente Prudente, 2013.
- FERNANDES, Bernardo M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.

GONZALEZ, Humberto P. **Economia Política do Capitalismo**: breve exposição da doutrina de Marx. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934). À margem da história (História dos grupos sociais subalternos). In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (v.5).

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. Economia & Planejamento. Série Teses e Pesquisas.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **A Evolução das Rendas e Atividades Rurais Não-Agrícolas no Brasil**, 2000. Disponível em: <[www.dataterra.com.br](http://www.dataterra.com.br)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. 1. ed. Quito: IAEN, 2014.

HARVEY, David. **Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, David. **Os Limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sônia. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. **XXVII Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural**, Anais... Piracicaba: SOBER, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LAGE, Nilmar. Assentamento Oziel Alves Pereira, a concretização de um projeto. **Brasil deFato**, Governador Valadares, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/10/assentamento-oziel-alves-pereira-a-concretiza-cao-de-um-projeto>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional: uma realidade multiforme Campinas: Unicamp, 1993 (v.1).

LAMARCHE, Hughes (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional: do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998 (v. II).

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**. Capítulo 2: O trabalho. 1976. Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

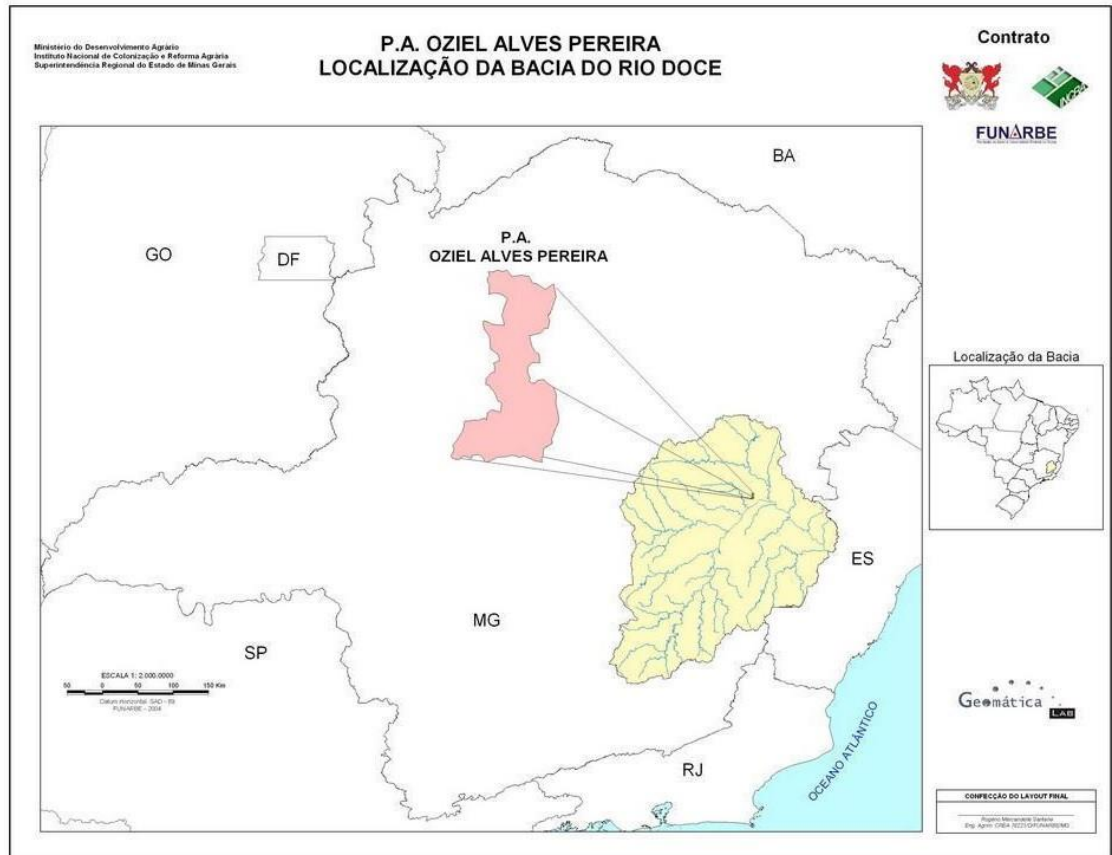


- MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA**, PresidentePrudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan.-jun. 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999, editado em fev.2000.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural. Livro 1, Tomo I, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996a, livro I, vol. II. Versão em pdf. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/ocapital-2.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política Livro III: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017c.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOREIRA, C. **Vida e luta camponesa no território**: casos onde o campesinato luta, marcha e transforma o território capitalista. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- PICOLOTTO, Everton Lazzaletti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Riode Janeiro, 2011.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. **Revista Brasiliense**, n.45. São Paulo, 1963.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis, Vozes/São Paulo: USP, 2009.
- RAMOS FILHO, Eraldo S. **Movimentos Socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural o caos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa.** São Paulo/Buenos Aires: Outras Expressões/CLACSO, 2013.
- SCHENEIDER, Sérgio. Pluriatividade e periurbanização: as novas estratégias de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *In*: SCHENEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 165-193.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.
- STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil.** O Debate tradicional: 1500 – 1960. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- TAVARES DOS SANTOS, José V. A gestão da recusa: o “Colono Retornado” dos projetos de colonização na Amazônia. *In*: TAVARES DOS SANTOS, José V. (org.). **Revoluções camponesas na América Latina.** São Paulo: Ícone, 1985.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A Classe Trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de ciência e tecnologia**, v. 13, n. 3, set./dez. 1996.
- WANDERLEY, Maria N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 21, out. 2003.
- WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu, 1996.
- WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 12-29, 2000.

## ANEXOS

Figura 1 – Localização do Assentamento Oziel



Fonte: Acervo Universidade Federal de Viçosa – Departamento de Economia Rural, 2022.



Figura 3 – Foto: Fase de Acampamento – Margens da BR-116



Fonte: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Figura 4 – Foto: Visita do Presidente Lula (ANO)



Fonte: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Figura 5 – Foto: Vista geral da sede do Assentamento



Fonte: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Figura 6 – Foto: Feira do Agricultor Familiar



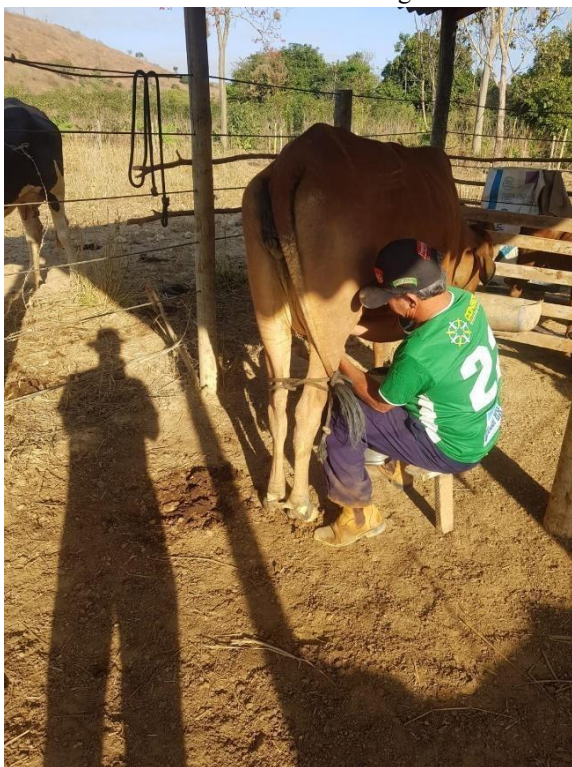
Fonte: Acervo particular.

Figura 7 – Foto: Feira do Agricultor Familiar



Fonte: Acervo particular.

Figura 8 – Foto: Produção de leite artesanal



Fonte: Acervo particular.

Figura 9 – Foto: Evento Cultural



Fonte: Acervo particular.



Figura 10 – Foto: Atividade esportiva



Fonte: Acervo particular.